A Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale: um diagnóstico de sua oferta, conceitos, características e referências

Equipe técnica Inhotim:
Daniela Rodrigues – Supervisora de Educação
Gabriela Gasparotto – Educadora
Janaina Silva – Mediadora de Projeto
Lidiane Arantes – Supervisora de Educação
Renan Zandomenico – Educador
Yara Castanheira – Gerente de Educação

Sumário

Apresentação.....4
Introdução.....**5**
O universo pesquisado.....**5**
Metodologia.....**8**
Abordagem triangular – Métodos mistos.....**8**
Categorias analíticas.....**8**
Técnicas de pesquisa.....**11**
Notas de campo e recomendações.....**12**
Resultados.....**12**
Macro-categoria: Visões sobre o patrimônio cultural.....**13**
Macro-categoria: Patrimônio em Belo Vale.....**18**
Macro-categoria: Educação para o Patrimônio em Belo Vale.....**27**
Macro-categoria: Fazenda Boa Esperança.....**40**
Macro-categoria: Comunidades tradicionais em Belo Vale.....**46**
O diagnóstico: qual o retrato da Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale?.....**53**
Referências.....**60**

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Definições de patrimônio cultural – Professores
Gráfico 2: Definições de patrimônio cultural – Agentes culturais
Gráfico 3: Definições de Patrimônio material – Professores
Gráfico 4: Definições de Patrimônio material – Agentes culturais
Gráfico 5: Definições de Patrimônio imaterial – Professores
Gráfico 6: Definições de Patrimônio imaterial – Agentes culturais
Gráfico 7: Bens culturais (materiais) – Professores
Gráfico 8: Bens culturais (materiais) – Agentes culturais
Gráfico 9: Bens culturais (imateriais) – Professores
Gráfico 10: Bens culturais (imateriais)
Gráfico 11: Categorias mapeadas pelos Mapas de Percepção
Gráfico 12: Instituições e espaços de práticas culturais em Belo Vale – Professores
Gráfico 13: Instituições e espaços de práticas culturais em Belo Vale – Agentes culturais
Gráfico 14: Agentes que desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Professores
Gráfico 15: Agentes que desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Agentes culturais
Gráfico 16: Definições de Educação para o Patrimônio – Professores
Gráfico 17: Definições de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais
Gráfico 18: Ações de Educação para o Patrimônio - Professores
Gráfico 19: Ações de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais
Gráfico 20: Orientações pedagógicas de Educação para o Patrimônio – Professores
Gráfico 21: Experiências de uso da Fazenda Boa Esperança – Professores
Gráfico 22: Experiências de uso da Fazenda Boa Esperança – Agentes culturais
Gráfico 23: Experiências de uso da Fazenda para a Educação – Professores
Gráfico 24: Potenciais da Fazenda Boa Esperança – Professores
Gráfico 25: Potenciais da Fazenda Boa Esperança – Agentes culturais
Gráfico 26: Definição de comunidades tradicionais – Professores
Gráfico 27: Definição de comunidades tradicionais – Agentes culturais

Gráfico 28: Comunidades tradicionais existentes em Belo Vale – Professores
Gráfico 29: Comunidades tradicionais existentes em Belo Vale – Agentes culturais
Gráfico 30: Experiências de uso das comunidades tradicionais – Professores
Gráfico 31: Experiências de uso das comunidades tradicionais – Agentes culturais
Gráfico 32: Experiências pessoais de uso das comunidades tradicionais – Professores
Gráfico 33: Experiências pessoais de uso das comunidades tradicionais – Agentes culturais
Gráfico 34: Potenciais das comunidades tradicionais – Professores
Gráfico 35: Potenciais das comunidades tradicionais – Agentes culturais

Lista de Figuras

Figura 1: Técnicas de pesquisa e fontes de dados vinculadas, utilizadas no Diagnóstico
Figura 2: Categorias utilizadas pelo Iepha para classificar referências culturais
Figura 3: Definições de Educação para o Patrimônio – Professores
Figura 4: Definições de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais
Figura 5: Canvas-resumo sobre os projetos de Educação para o Patrimônio de Belo Vale
Figura 6: Linguagens e formas de expressão mapeadas nos projetos em Belo Vale
Figura 7: Importância histórica da Fazenda Boa Esperança – Professores
Figura 8: Importância histórica da Fazenda Boa Esperança – Agentes culturais
Figura 9: Importância histórica das comunidades tradicionais – Professores
Figura 10: Importância histórica das comunidades tradicionais – Agentes culturais
Figura 11: Boas Práticas em Educação para o Patrimônio verificadas em Belo Vale
Figura 12: Aspectos a serem aprimorados para a Educação para o Patrimônio Cultural

Lista de Tabelas

Tabela 1: Sistema de categorias analíticas
Tabela 2. Resumo dos projetos e ações analisados quanto aos atores participantes
Tabela 3- Potencialidades e fragilidades dos projetos de Educação de Belo Vale

Apresentação

O projeto *Refazenda* é uma parceria entre o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha-MG e o Instituto Inhotim. Esse projeto prevê um conjunto de ações iniciais para a transformação da Fazenda Boa Esperança, localizada em Belo Vale – MG, em equipamento cultural amplamente usufruído pela comunidade de Belo Vale e entorno.

A Fazenda Boa Esperança é um bem cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, em 1959 (tombamento da sede), e pelo Iepha, em 1979 (tombamento da sede, dos seus anexos e do seu patrimônio natural e paisagístico). A Fazenda foi adquirida pelo governo do Estado no início dos anos 1970 e incorporada ao patrimônio do Iepha em 1974. Desde então o Iepha é responsável por sua gestão. O projeto *Refazenda* possui, nesse contexto, a função de fornecer ao Iepha subsídios informacionais para a revitalização do espaço, tornando-o de uso público, com conforto e comodidade a seus visitantes.

A estrutura do Projeto *Refazenda* se divide em cinco frentes de atuação distribuídas entre as equipes do Inhotim, sendo elas: organização institucional, mapeamento da área com diagnóstico de potencial de uso; programas públicos de arte e botânica; interlocução com as comunidades tradicionais quilombolas e educação para o patrimônio cultural.

A última, de responsabilidade da Gerência de Educação do Instituto, teve como função realizar um Diagnóstico de Educação para o Patrimônio de Belo Vale – objeto deste texto –, um Projeto de Educação para o Patrimônio de Belo Vale e ainda Material Educativo que subsidie a prática para o projeto elaborado. Ressalta-se que os três itens elencados se articulam diretamente, visto que este Diagnóstico apresenta os dados para a elaboração dos outros dois e todos eles têm como questão o estímulo à Educação para o Patrimônio municipal, bem como a utilização qualificada da Fazenda Boa Esperança nos processos educacionais.

Desse modo, este documento apresenta o Diagnóstico da oferta de Educação para o Patrimônio Cultural no município de Belo Vale, contendo o universo pesquisado, os principais resultados da pesquisa, bem como a descrição das etapas teóricas, analíticas e metodológicas que guiaram o trabalho, auxiliando na consolidação da análise. Apresenta, também, um esboço do que deve ser aprimorado na realização da Educação para o Patrimônio no município.

Com vistas a descrever o caminho percorrido ao longo de todo o processo, este documento está dividido em 05 partes, além desta apresentação. São elas: 1) Introdução, na qual se resgatam os principais conceitos e aspectos teóricos e conjunturais caros ao Diagnóstico; 2) Universo pesquisado, na qual se descreve processo de imersão realizado pela equipe em Belo Vale; 3) Metodologia, na qual são descritas as técnicas de coleta e análise de dados empregados; 4) Resultados, em que se apresentam os principais *insights* produzidos pela análise, à luz das categorias anteriormente produzidas e 5) Diagnóstico, seção em que se procura sintetizar as principais observações deste relatório; além das Referências Bibliográficas, onde são apresentadas as principais fontes teóricas de informações sobre Belo Vale, sobre a Fazenda Boa Esperança e sobre Educação para o Patrimônio Cultural.

Introdução

O Diagnóstico da Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale tem o objetivo de caracterizar as ações, projetos e conceitos que tangenciam a oferta de Educação para o Patrimônio, bem como os atores participantes desse processo formativo na cidade, as referências culturais e históricas que a mobilizam e as estratégias usadas para a difusão deste conteúdo. Em termos mais amplos, o Diagnóstico tem a função de subsidiar a gestão do Iepha a respeito da oferta de Educação para o Patrimônio Cultural e na ampliação desta a mais públicos e regiões, utilizando espaços e referências próprios da cidade.

O Diagnóstico possui, portanto, uma dupla responsabilidade: a de refletir sobre a Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale e refletir sobre as potencialidades de uso da Fazenda Boa Esperança como referência e equipamento para tal. O trabalho realizado pela equipe e consolidado neste volume visa, ainda, municiar o Iepha em etapas posteriores à execução do projeto *Refazenda*.

É função deste Diagnóstico sistematizar e analisar informações coletadas em campo, a partir de projetos educativos sobre patrimônio disponibilizados pelo município, fontes de audiovisuais contendo registro dos Mapas de Percepção realizados junto às comunidades quilombolas de Belo Vale e questionários aplicados com professores e agentes culturais locais.

Parte-se da premissa que a Educação para o Patrimônio Cultural deve transcender os muros das escolas e envolver toda a comunidade de alcance, embora o ambiente escolar seja fundamental para a multiplicação desse conhecimento. A partir da leitura e análise do material de pesquisa disponível, foi possível também sistematizar recomendações em torno desta área da educação no que tange o município em questão.

Entendeu-se, neste Diagnóstico, a Educação para o Patrimônio Cultural como o processo permanente de trabalho focado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, sendo necessário para levar à comunidade o conhecimento, a apropriação e a valorização da herança cultural, que, consequentemente, permitem o cultivo de identidades cidadãs e da preservação do patrimônio e das manifestações culturais de um povo ou de um território (MinC, 2012).

À luz deste conceito norteador, o Diagnóstico teve como objetivos específicos os seguintes pontos:

- Análise e sistematização de materiais coletados em Belo Vale sobre projetos de Educação para o Patrimônio Cultural desenvolvidos no município;
- Tabulação, sistematização e análise de formulários quantitativos aplicados para os professores e agentes culturais da cidade, a fim de mapear as ações de Educação para o Patrimônio Cultural, identificando as referências culturais desses sujeitos;
- Analisar Mapas de Percepção das comunidades tradicionais de Chacrinha dos Pretos e Boa Morte, com o intuito de compreender as referências culturais da comunidade;
- Contingenciar os dados analisados com o levantamento histórico de formação do município de Belo Vale;
- Apresentar recomendações, elaboradas a partir dos dados analisados, para a Educação para o Patrimônio de Belo Vale.

O universo pesquisado

A fim de contextualizar o universo pesquisado, relata-se o desenvolvimento da imersão em campo, bem como um breve histórico de formação de Belo Vale e da Fazenda Boa Esperança.

Em abril de 2016, o processo de imersão da equipe teve início. Foi realizada uma pesquisa nos acervos da Gerência de Documentação e Informação do Iepha-MG e do Arquivo Público Mineiro,

ambos em Belo Horizonte, a fim de levantarmos a documentação arquivística e bibliográfica referente ao município de Belo Vale, e, principalmente, à Fazenda Boa Esperança. Iniciamos, assim, a construção do entendimento sobre a formação histórica local, bem como conhecemos a importância da Fazenda Boa Esperança e do Barão do Paraopeba para a região. Começamos, então, o processo de contextualização acerca do universo a ser pesquisado e realizamos um primeiro mapeamento dos principais bens patrimoniais existentes no município e algumas das ações de Educação Patrimonial já desenvolvidas a partir do incentivo do Iepha.

O município de Belo Vale, como se conhece hoje, é composto de diversos distritos e bens culturais. Suas raízes históricas remetem ao surgimento das primeiras bandeiras na região do Rio do Paraopeba durante o século XVII, quando a busca pelo ouro fez com que o segundo povoado de Minas Gerais, denominado São Pedro do Paraopeba, fosse criado. Entre os bens culturais remanescentes mais importantes desse período, destacam-se o marco do bandeirante Fernão Dias e um altar da primeira capelinha lá erguida no século XVIII. Com o auge do período aurífero, foi erguida na região a Igreja de Santana, o que justificou a mudança do nome do povoado para Santana do Paraopeba.

Alguns anos depois, parte da população migrou para outra região, onde o solo era mais rico para atividades como a lavoura e a pastagem. Surgiu, assim, um novo povoado, chamado de São Gonçalo da Ponte. Neste momento, São Gonçalo da Ponte passou a ser distrito de Bonfim, disputando a condição de freguesia com Santana do Paraopeba.

Em 1914, ao se tornar município, São Gonçalo da Ponte mudou seu nome para Belo Vale, devido ao esplendor da beleza natural de sua região. No mesmo ano, iniciou-se um projeto de construção de uma malha ferroviária na cidade, resultando na inauguração da Estação Ferroviária em 1917. A criação da estação foi de grande importância para aumento do fluxo de pessoas que passavam pelo município. Na década de 1930, Belo Vale se tornou município independente de Bonfim, adquirindo, vinte anos depois, o status de comarca.

O município possui outros bens culturais de grande relevância para a história da região, tais como a Igreja de Boa Morte, a Igreja da Matriz, o Casarão dos Araújo, as Ruínas da Chacrinha dos Pretos, o Museu do Escravo e a Fazenda Boa Esperança, entre outros. Tal Fazenda, erguida entre os fins do século XVIII e início do XIX, segue as características das construções típicas da arquitetura rural mineira dos setecentos. Teve entre seus principais donos Romualdo José Monteiro de Barros, conhecido como Barão de Paraopeba, grande minerador que assumiria a presidência da província de Minas Gerais em 1850. A rica família dos Monteiros de Barros possuía uma grande quantidade de bens de raiz, plantéis de escravos e lavras de ouro. Além de sua importância econômica, a Fazenda Boa Esperança serviu de hospedagem para importantes nomes como o imperador D. Pedro II e o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. Hoje, além do conjunto edificado compreendido pela sede da fazenda, registram-se em suas imediações ruínas diversas ligadas às suas atividades produtivas tradicionais.

Além destes bens culturais mais amplamente reconhecidos, de natureza material, durante o processo de imersão em campo, a lista de referências culturais locais se alargou bastante, passando a integrar, em sua maioria, bens de natureza imaterial. Festas religiosas são bastante comuns, como a Folia de Reis, o Congado, manifestações da Semana Santa, Festa de Santana, entre outras, além de grupos teatrais, de capoeira, a festa da mexerica, o ofício das quitandeiras etc.

Retrataremos o contexto da pesquisa de campo: como se estabeleceram as relações de parcerias com cidadãos e instituições belo-valenses e como se viabilizou a pesquisa. Durante o mês de maio, nos foi apresentada a metodologia dos Mapas de Percepção,[1] utilizada pela Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha, assim como realizadas oficinas nas comunidades quilombolas. Após os primeiros contatos com Chacrinha dos Pretos e Boa Morte,[2] para apresentação do projeto

1 Os Mapas de Percepção consistem em uma metodologia utilizada pelo Iepha-MG em seus estudos para salvaguarda dos patrimônios. Permite a chegada de pesquisadores nas comunidades tradicionais de maneira respeitosa, protagonizando suas próprias falas e buscando conhecer as referências culturais compartilhadas por aquele grupo. O mapa se resume em traçar a relação entre os lugares e as pessoas, contando as histórias e os entrelaçamentos afetivos que se estabelecem ali. O papel do pesquisador é de mediação, do disparo de questões que ativem a memória dos participantes e, principalmente, o papel da escuta e da observação.

2 Ambas as comunidades quilombolas são reconhecidas pela FCP (Fundação Cultural Palmares). Os Mapas de Percepção também foram aplicados nas comunidades de Marinhos e Sapé, em

Refazenda, organizamos um encontro em Chacrinha dos Pretos para realizar a atividade dos Mapas de Percepção.

No caso de Boa Morte, por iniciativa dos moradores, fizemos uma caminhada ecológica pela antiga trilha que liga esse território à Fazenda Boa Esperança, onde aconteceu a oficina dos mapas com os participantes. Também por iniciativa da própria comunidade, o pessoal de Chacrinha dos Pretos foi convidado a participar da caminhada. Na Fazenda, aconteceram diversas atividades culturais desenvolvidas por ambas as comunidades, como rezas, coros, encenações e uma roda de capoeira. Conhecemos, neste dia, pessoas, histórias dos caminhos até a Fazenda, como a utilizam hoje em dia, bem como algumas expressões tradicionais dessas comunidades. De maneira geral, a partir dos Mapas de Percepção, foi possível compreender as referências culturais mais relevantes para cada uma dessas comunidades, como os mestres e lideranças, além de encontrar pontos em comum, compartilhados entre elas.

Em paralelo, iniciou-se o contato com a Secretaria Municipal de Educação, na figura do secretário e das supervisoras de educação e com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com a secretária e funcionários dos ativos culturais que esta coordena. Foram-nos indicadas, nestas conversas, outras referências locais que pudessem contribuir para a realização deste Diagnóstico.

Observamos que professores e agentes culturais são os sujeitos que já realizam práticas educativas que trabalham o patrimônio municipal e, em razão disso, foram selecionados como público-alvo da pesquisa, pois nos apresentariam um panorama da Educação para o Patrimônio local. A pesquisa teve como objetivo compreender o que esses sujeitos entendem como patrimônio cultural, Educação para o Patrimônio, suas visões sobre comunidades tradicionais e sobre a Fazenda Boa Esperança e, também, o que já realizaram de práticas educativas relacionadas ao tema.

A maneira mais adequada para viabilizar o contato direto com esses possíveis difusores de uma educação voltada para o patrimônio foi por meio da aplicação de questionários escritos, visto que havia um impedimento logístico, de ambas as partes, de realizar entrevistas orais com um número razoável de pessoas inseridas neste universo. Para que a pesquisa se validasse e explicitasse um contexto municipal, optamos por aplicar questionários com todos os professores e agentes culturais. Em razão de questões diversas, essa totalidade não foi alcançada, mas uma parcela significativa dessas pessoas participou da pesquisa, o que tornou legítimas as conclusões, como um diagnóstico municipal.

Em reuniões com membros do Conselho de Turismo, Conselho de Patrimônio, Secretaria Municipal de Educação e a Escola Estadual Dr. Gama Cerqueira, foi introduzida uma proposta de aplicação de questionários-testes. Voluntários dessas instituições responderam a essa primeira versão, que serviu de base para a elaboração da versão mais bem elaborada e apropriada, a ser aplicada para os professores e agentes culturais do município. Apenas a partir da última versão, dividida em dois tipos, um questionário para professores e outro para agentes culturais, que a aplicação e análise dos dados se efetivaram.

Além disso, a equipe também participou de idas às regiões, visitação de bens culturais e celebrações historicamente relevantes de Belo Vale como, por exemplo: à Vargem de Santana para conhecer a Igreja de Santana e o marco do bandeirante Fernão Dias; à Estação Ferroviária do município (atual sede da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer); à celebração da Festa de Santana (padroeira da Igreja de Santana) e à Festa da Nossa Senhora da Boa Morte, padroeira da comunidade quilombola de Boa Morte.

As parcerias estabelecidas com a Secretaria de Educação e de Cultura foram de suma importância para o desenvolvimento das etapas do Diagnóstico. Foram-nos disponibilizados os registros e documentos de projetos de Educação para o Patrimônio já realizados por ambas as secretarias, bem como nos auxiliaram na disponibilização de horários para a aplicação dos questionários.

Nas escolas municipais, grupos foram divididos de acordo com a supervisora responsável e, no horário de reunião desses grupos, realizamos as aplicações. Na E.E. Dr. Gama Cerqueira não nos foi disponibilizado horário, o que fez com que tivéssemos que deixar os questionários impressos na

Brumadinho/MG, cidade limítrofe a Belo Vale. No entanto, como o foco do Diagnóstico é o município de Belo Vale, apresentaremos apenas os resultados sistematizados para Chacrinha dos Pretos e Boa Morte.

escola e, após duas semanas, os recolhemos. Para os agentes culturais foi mais simples, pois seus horários são mais flexíveis.

Com a devolução e reunião de todos os questionários respondidos, iniciou-se uma análise de todos os dados coletados por meio dos Mapas de Percepção, dos projetos cedidos e dos questionários aplicados. A partir disso, uma proposta de Oficina de Educação para o Patrimônio foi elaborada pela equipe, bem como realizada em Belo Vale, com uma parcela expressiva de professores e agentes culturais locais, com o objetivo de estimular esses sujeitos a pensarem modos de fazer essa educação e refletirem sobre os conteúdos que lhe permeiam.

Metodologia

Abordagem triangular – Métodos mistos

A riqueza do conjunto de dados a serem analisados exigiu o traçado de caminhos metodológicos simples, mas capazes de contemplar com detalhes o arcabouço de informações disponíveis. Tendo em vista que os dados disponíveis eram de natureza quantitativa (respostas a um *survey*) e qualitativa (materiais documentais, imagéticos e descritivos), e que esses dados apresentam algumas diferenças básicas, foi necessário trabalhar com esforços metodológicos que dessem cabo dessas sutilezas e conseguissem articular as diferentes técnicas de coleta, atribuindo sentido a todo esse conjunto de evidências.

Pensando nisso, a análise das informações foi feita a partir de métodos mistos, os quais procuram, resumidamente, articular dados quantitativos e qualitativos, utilizando os pontos fortes dessas técnicas. Espera-se, a partir dessa estratégia, conseguir dar resposta a um problema complexo, qual seja o traçado de uma política de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale, tendo como diretriz um olhar necessariamente multidisciplinar.

Para que as informações fossem tratadas em conjunto, escolheu-se a utilização de uma estratégia de triangulação concomitante, a qual busca trabalhar com dados quantitativos e qualitativos coletados separadamente, no mesmo período de tempo, compensando as lacunas de informação que possam existir entre um e outro, de modo a compor um panorama único de análise e de perspectiva em relação ao objeto. A triangulação concomitante consiste, basicamente, na análise conjunta de dados que foram coletados simultaneamente, como é o caso dos dados de *survey* e dos dados secundários (referências, descrições de projetos, entre outros), que fazem parte deste Diagnóstico.

Desse modo, compõem a triangulação os dados quantitativos, os qualitativos e as inferências do pesquisador, resultando na análise. Para isso, é necessário o diálogo constante e exploração de pontos de vista entre as próprias evidências, de maneira que uma fonte complemente, corrobore ou mesmo contraste com a outra (mas, de toda forma, converse com a outra). Por mais trivial que possa parecer, este ponto merece destaque, uma vez que nosso intuito foi o de conferir à análise uma visão completa e não fragmentada, como tenderia a acontecer se as evidências fossem tratadas em separado.

Para dotar a análise dos dados de precisão e eficácia, foram utilizados *softwares* de análise de pesquisa social quantitativa e qualitativa, na medida em que esses dados eram tratados. O uso destes *softwares* possibilitou que um volume maior de informações fosse processado, bem como permitiu que fossem feitas análises e relações dificilmente realizáveis à mão. Utilizou-se os *softwares* Stata® para o trabalho com os dados quantitativos e NVivo® para o manuseio dos dados qualitativos.

Categorias analíticas

O trabalho com os métodos mistos exige que os critérios de acordo com os quais os dados serão

analisados sejam estabelecidos em estreita consonância com as teorias empregadas e com os modelos analíticos tidos como referência. Para garantir que o Diagnóstico seja pautado por uma análise sistemática dos dados, iniciou-se o processo de estabelecimento do sistema de categorias analíticas, isto é, de critérios classificatórios segundo os quais o conjunto de dados é analisado, independentemente de sua fonte.

As categorias de análise são, basicamente, um conjunto de critérios (temáticos ou não) de acordo com os quais os dados são analisados. Esses critérios são importantes para que o pesquisador direcione seu olhar para as informações que são verdadeiramente importantes em seu conjunto de dados. Caso contrário, a análise se torna pouco sistemática e, por conseguinte, superficial, o que é sem dúvida indesejável para qualquer projeto de pesquisa. Pode-se perceber, portanto, que a elaboração das categorias de análise é, por definição, um processo essencialmente criativo, que exige um mínimo de afinidade do pesquisador com a temática.

O planejamento das categorias de análise a serem empregadas em um conjunto de dados pode ser feito de duas formas: a primeira se baseia nas contribuições da teoria, de estudos de casos e das experiências anteriores do pesquisador. Com base nesses *insights*, o pesquisador propõe uma série de critérios segundo os quais a leitura dos dados será feita, e procede com a análise. A segunda possibilidade é baseada no que os próprios dados informam, como se as próprias informações fundamentassem a criação de categorias. Moraes (1999) nos ensina que o ideal é que estas duas formas se harmonizem, de maneira que a categorização fique mais completa e os dados sejam melhor aproveitados. O autor indica, ainda, a necessidade de estruturar os instrumentos de pesquisa para que os dados possam “encaixar” nas categorias, sinalizando uma consonância entre os *insights* teóricos e práticos de uma pesquisa.

Especificamente no *Diagnóstico de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale*, as categorias analíticas são bastante úteis tanto para a estruturação do relatório como para as perspectivas de análise a serem empregadas. Em nosso caso, as categorias foram elaboradas tanto tendo como base os dados disponíveis (*surveys* e descrições de projetos de Educação para o Patrimônio cultural em Belo Vale) quanto tendo como base o arcabouço teórico à disposição (sobretudo as definições e conceituações básicas de Educação para o Patrimônio).

Divididas em três, as categorias analíticas elegidas partem de uma macrocategoria, que foi baseada na organização que os próprios *surveys* tiveram. Dois níveis de descritores dão sequência a essa lógica categórica, sendo o de nível 1 baseado no que se buscava com a pesquisa e o de nível 2 nos dados encontrados, para que fosse possível vincular os problemas da pesquisa com as respostas e padrões encontrados em Belo Vale. Destaca-se que a única exceção a esta lógica é relativa às categorias de referências culturais utilizadas pelo próprio Iepha, que aparecem como descritores nível 2, a fim de favorecer o diálogo dos resultados da pesquisa com a apropriação que é feita e pensada pelo próprio Instituto em questão.

Tabela 1 - Sistema de categorias analíticas

Macrocategoria	Descritor – Nível 1	Descritor – Nível 2
Visão sobre o patrimônio cultural	Conceituação	Patrimônio como bem privado
		Patrimônio arquitetônico e histórico
		Patrimônio enquanto processo (cultural e natural)
	Elementos constituidores do patrimônio	Lugar/Espaço
		História e memória (narrativas)
		Pessoas e pertencimento
Patrimônio em Belo Vale	Referências culturais (Categorias Iepha)	Ritos e celebrações
		Formas de expressão
		Modos de fazer e saberes
		Lugares

Macrocategoria	Descritor – Nível 1	Descritor – Nível 2
Educação para o Patrimônio em Belo Vale	Sujeitos e equipamentos difusores	Localidades
		Mestres e praticantes (lideranças)
		Dados históricos
		Bens móveis ou bens integrados
		Estruturas arquitetônicas e urbanísticas
		Instituições
		Agentes
	Definições	Transmissão de conhecimento histórico
		Valorização e preservação de patrimônio cultural
		Instrumental educativo
		Expressão comunitária
		Ritos e celebrações
		Formas de expressão
		Modos de fazer e saberes
	Categorias utilizadas nas ações de Educação para o Patrimônio	Lugares
		Localidades
		Mestres e praticantes (lideranças)
		Dados históricos
		Bens móveis ou bens integrados
		Estruturas arquitetônicas e urbanísticas
	Atores	Gestores
		Difusores
		Educandos
		Referências
	Estratégias de veiculação do conteúdo de Educação para o Patrimônio	Visitas e excursões
		Feiras e atividades culturais
		Projetos
		Sala de aula
		Festas, celebrações e datas cívicas
	Educação para o Patrimônio e estrutura curricular da educação básica	Legislações, normas e recomendações formais
		Parâmetros Curriculares Nacionais
		Presença da Educação para o Patrimônio nos PPPs das escolas
		Interdisciplinaridade
		Não-interdisciplinaridade

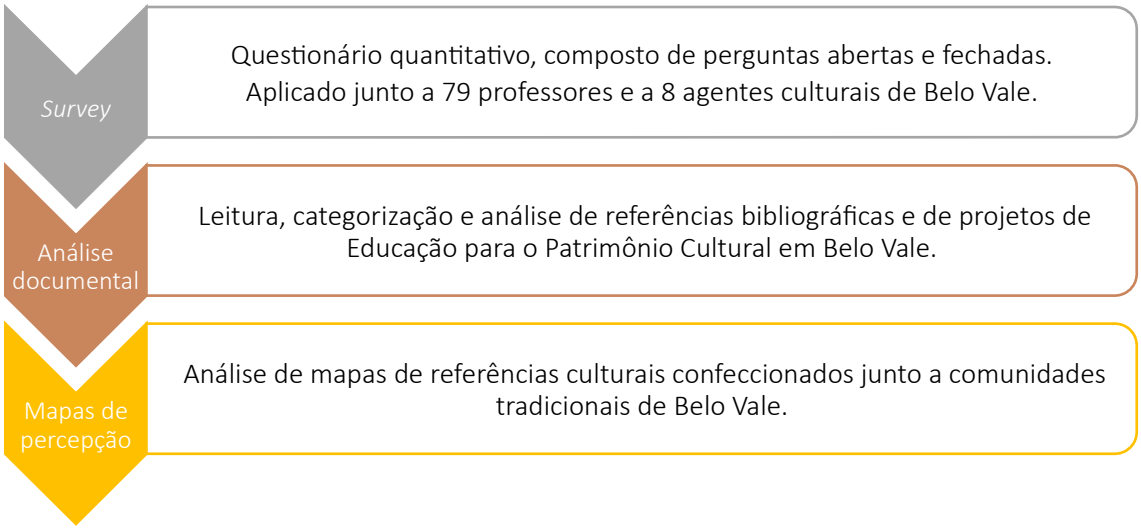
Macrocategoria	Descritor – Nível 1	Descritor – Nível 2
Fazenda Boa Esperança	Linguagens usadas na Educação para o Patrimônio	Oral
		Escrita
		Imagética
		Cênica
		Musical
		Mista
	Práticas em Educação para o Patrimônio em Belo Vale	Formal
		Não formal
		Processual
		Pontual
	Apropriação da importância histórica da Fazenda	-
	Utilização na Educação para o Patrimônio	Utilização atual
		Utilização potencial
Comunidades tradicionais	Apropriação da importância histórica das comunidades tradicionais	-
	Utilização na Educação para o Patrimônio	Utilização atual
		Utilização potencial

As categorias analíticas, além de organizarem a estrutura deste relatório final do Diagnóstico, foram utilizadas como operadores da análise de dados. A partir delas, construiu-se um prisma de análise das ações de Educação para o Patrimônio Cultural no município de Belo Vale/MG, subsidiando até mesmo as perspectivas de análise de outros projetos semelhantes, em outros contextos municipais.

Técnicas de pesquisa

Uma vez que a abordagem de métodos mistos foi empregada, para o Diagnóstico de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale foram utilizadas, basicamente, três técnicas de pesquisa, a saber:

Figura 1. Técnicas de pesquisa e fontes de dados vinculadas, utilizadas no Diagnóstico



Notas de campo e recomendações

Os dados disponibilizados na sistematização e análise das informações que subsidiaram o Diagnóstico de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale foram coletados a partir de fontes e processos distintos, em circunstâncias explicitadas acima. Alguns desses dados apresentaram vieses difíceis de serem contornados, a exemplo de respostas padronizadas ao *survey* ou mesmo de não-respostas, que dificultaram a análise mais profunda acerca das percepções destes públicos sobre a temática central do estudo.

Ainda que o Diagnóstico mostre, sim, um panorama do município, representado pelas perspectivas de professores e agentes culturais acerca do tema da Educação para o Patrimônio local, ressalta-se que algumas sutilezas não foram passíveis de serem percebidas nos questionários escritos. Destaca-se, mais uma vez, o fato de que a logística possibilitada para realização das entrevistas restringiu o modo de realização e aplicação do *survey* via questionários escritos. Nesse sentido, a título de recomendação para outras iniciativas posteriores, apresentamos alguns pontos de reflexão:

- Realização de entrevistas em profundidade[3] com públicos estratégicos, associadas ao *survey;*
- Realização de procedimentos de avaliação da qualidade dos dados, como análise de consistência interna e externa, e checagem telefônica de entrevistas;
- Aplicação de entrevistas por meio de instrumentos eletrônicos, como *tablets* ou PDAs (*Personal Digital Assistants*);
- Gravação de entrevistas de *survey* ou profundidade.

Resultados

Nesta seção, serão apresentados os resultados do Diagnóstico da Educação para o Patrimônio

3Segundo Godoi *et. al*. (2010), “as entrevistas “em profundidade” são aquelas que apresentam uma maior flexibilidade, permitindo ao entrevistado construir suas respostas sem ficar preso a um nível mais rigoroso de diretividade e mediação por parte do entrevistador, como acontece no caso do uso de questionário ou de uma entrevista totalmente estruturada. Desse modo [...] consideramos como entrevistas ‘em profundidade’ os tipos de entrevistas individuais que se classificam como não estruturadas ou semiestruturadas, que permitem um maior aprofundamento nas questões de pesquisa investigadas”.

Cultural em Belo Vale/MG, extraídos da análise do conjunto de dados quantitativos e qualitativos disponíveis. São apresentadas, portanto, evidências oriundas do *survey* aplicado junto aos professores e agentes culturais, bem como excertos dos projetos analisados, Mapas de Percepção e, eventualmente, referências bibliográficas.

Cuidados necessários à leitura dos gráficos

- Ao todo, foram entrevistados 71 professores e 08 agentes culturais;
- No questionário de *survey*, uma grande parcela dos respondentes não utilizou os pulos orientados para questões cuja aplicação seria condicionada a uma resposta anterior. Por isso, para evitar mal-entendidos na leitura dos gráficos, trabalhou-se com toda a amostra e inseriu-se nos dados relativos aos professores o percentual de não-respostas;
- As respostas, após serem devidamente tratadas, foram quantificadas em sua frequência absoluta e relativa. Utilizou-se a apresentação das frequências relativas (percentuais) com uma casa decimal, como é padrão nas Ciências Sociais. Em virtude do arredondamento desse procedimento, alguns gráficos podem ter percentual total oscilando entre 99% e 101%.
- Os números entre parênteses nos gráficos, logo após as porcentagens, representam as frequências absolutas de cada categoria.
- Algumas questões permitiam respostas múltiplas, isto é, mais de uma resposta. Nesses casos, os gráficos ultrapassam 100%, pois um mesmo entrevistado poderia responder mais de uma opção.

A ordem de apresentação dos resultados segue a ordem proposta no sistema de categorias analíticas, em seus níveis de macrocategorias, como títulos das seções, e descritores nível 1, como subtítulos. Os descritores nível 2 encontram-se esmiuçados ao longo do próprio texto, visto que se relacionam aos dados encontrados. Com isso, faz-se um esforço de construção de uma visão sistêmica e completa acerca da Educação para o Patrimônio Cultural no município.

Destaca-se que alguns dados são explicitados ao longo do texto, em razão de sua relevância, sendo que os demais se encontram nos gráficos que vêm seguidos dos textos. As respostas ao *survey* possibilitaram o agrupamento de perspectivas semelhantes que, por sua vez, indicaram os descritores nível 2 das categorias analíticas.

Macro categoria: visões sobre o patrimônio cultural
Descritor nível 1: conceituação

Para a macro categoria “Visões sobre o patrimônio cultural” foram definidos dois descritores nível 1, sendo um deles a conceituação e o outro os elementos constituidores do patrimônio. Para a conceituação, têm-se a divisão dos descritores nível 2 em: patrimônio como bem privado, patrimônio arquitetônico e histórico e patrimônio enquanto processo (cultural e natural).

Percebe-se entre os públicos envolvidos nas ações de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale a recorrência de noções distintas a respeito do que seja, de fato, patrimônio. Em alguma medida, percebe-se a confusão conceitual com o patrimônio no sentido material do termo, denotando propriedade individual, familiar ou empresarial, a exemplo de 29,6% dos professores, que afirmam que patrimônio é o conjunto de bens de uma pessoa, empresa ou família. Por outro lado, acepções geracionais do termo também povoam a mentalidade dos professores: 12,7% deles informaram que patrimônio é algo transmitido entre gerações, e 4,2% trazem o patrimônio como um legado.

No entanto, é possível perceber que a existência e a prática de projetos de Educação para o Patrimônio Cultural no município, seja pela gestão pública educacional, seja por outros entes, tem a potencialidade de oferecer ao corpo docente, ao apoio educacional, aos próprios discentes e à

comunidade escolar, de modo geral, visões mais amplas, robustas, complexas e sistêmicas acerca do patrimônio cultural. Um exemplo pode ser extraído do relatório do projeto Educar – Belo Vale, que estabelece como premissa de sua própria existência a ideia de que:

> "O patrimônio, como o nome diz, é algo **herdado** de nossos pais e antepassados. Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, **se nos apropriarmos dela**, se a **conhecermos e reconhecermos** como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no **tempo e na história**. Uma herança que constitui a **nossa riqueza cultural, individual e coletiva**, a nossa **memória**, o nosso sentido de **identidade**, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa 'marca' inconfundível, de pertencermos a uma **cultura própria**, e que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs, herdeiros dessa **múltipla e rica cultura brasileira**."

O Projeto Educar, executado no ano de 2014 pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Belo Vale, é um projeto oriundo do Iepha, que buscava oferecer aos municípios de Minas Gerais uma metodologia sistematizada e genérica para o trabalho com Educação Patrimonial. Além disso, o projeto Educar era um dos instrumentos para pontuação no programa ICMS Patrimônio Cultural. A metodologia utilizada em Belo Vale se desenvolve em 10 etapas em que são trabalhados os bens culturais identificados e escolhidos pelo município. Observa-se, entretanto, que as possibilidades de remodelação, transcriação e ressignificação metodológica não têm muito lugar dentro do projeto. Além disso, o relatório do Educar – Belo Vale analisado apresenta, em grande parte, explicitações conceituais genéricas, assim como os relatos de como foram avaliadas as etapas da metodologia.

Destaca-se, também, que tal projeto foi elaborado pelos agentes culturais, que têm um melhor entendimento conceitual acerca da temática do que a comunidade escolar, como demonstrado no *survey*. As respostas dadas ao *survey* apresentam, em grande medida, uma inconsistência por parte da comunidade escolar, relativa aos conceitos caros ao patrimônio cultural, demonstrando, em partes, que as atividades realizadas em 2014 pelo Educar – Belo Vale não lograram o aprimoramento conceitual por parte dos professores.

Entre os agentes culturais, a percepção dominante de patrimônio (partilhada por 62,5% deles) analisada a partir do *survey* é a de um conjunto de bens materiais e imateriais de determinada localidade. Nesse sentido, os agentes culturais, talvez por estarem mais imersos em um contexto que mobiliza a noção de patrimônio cultural, apresentam uma acepção mais próxima do conceito de patrimônio cultural, definido pela Declaração de Caracas como "composto por todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural." (Caracas, 1992).

Gráfico 1: Definições de patrimônio cultural – Professores

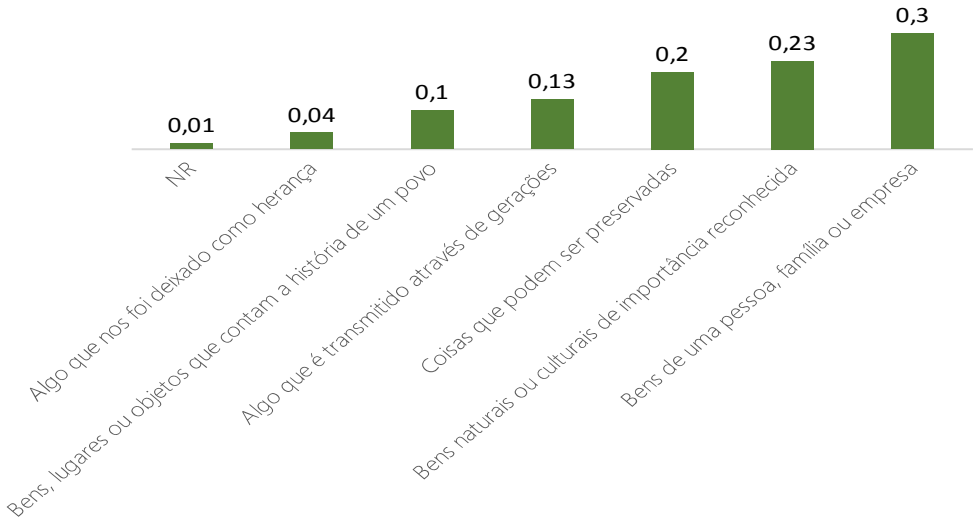
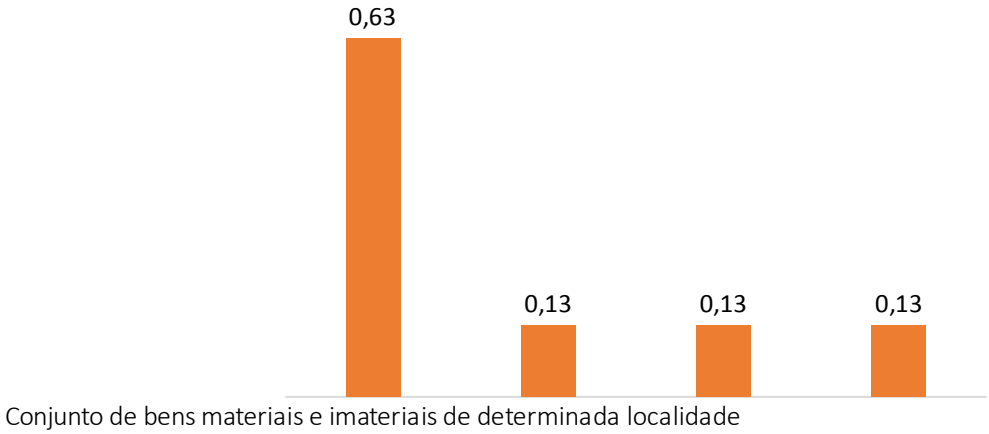


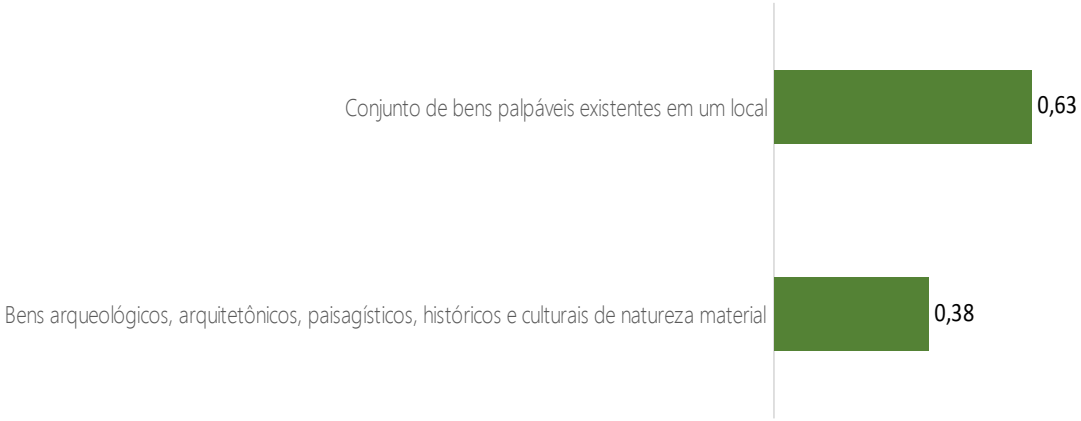
Gráfico 2: Definições de patrimônio cultural – Agentes culturais



Interpelados especificamente a respeito do conceito de patrimônio material, os professores denotam uma noção comumente percebida, a de que o patrimônio material é majoritariamente composto por casarios históricos e outros monumentos arquitetônicos (49,3% deles indicaram esta percepção). Também foram recorrentes as noções de patrimônio material como bens financeiros adquiridos (15,5%) e bens culturais, históricos ou paisagísticos (14,1%). Entre os agentes culturais, 62,5% concordam com uma percepção multidimensional de patrimônio material, composto por um conjunto de bens palpáveis existentes em um local.

Gráfico 3: Definições de Patrimônio material – Professores

Gráfico 4: Definições de Patrimônio material – Agentes culturais



Quanto ao patrimônio imaterial, os professores identificaram-se mais com conceituações mais práticas e exemplificações, denotando que a própria conceituação de patrimônio imaterial pode ser complicada para este público. Os professores identificam, em sua maioria, (62,0%), como patrimônio imaterial a culinária, o artesanato, as manifestações culturais e tradicionais de um povo ou território. As demais definições apresentadas pelos professores são mais genéricas, como aspectos relacionados à história de um local (15,5%), patrimônio que não possui lugar fixo (5,6%) e patrimônio que não pode ser visto (5,6%). Por outro lado, entre os agentes culturais, predomina a noção de que patrimônio imaterial é o conjunto de bens intangíveis relacionados a um povo, como crenças, valores, saberes e manifestações culturais (danças, artes plásticas).

Gráfico 5: Definições de Patrimônio imaterial – Professores

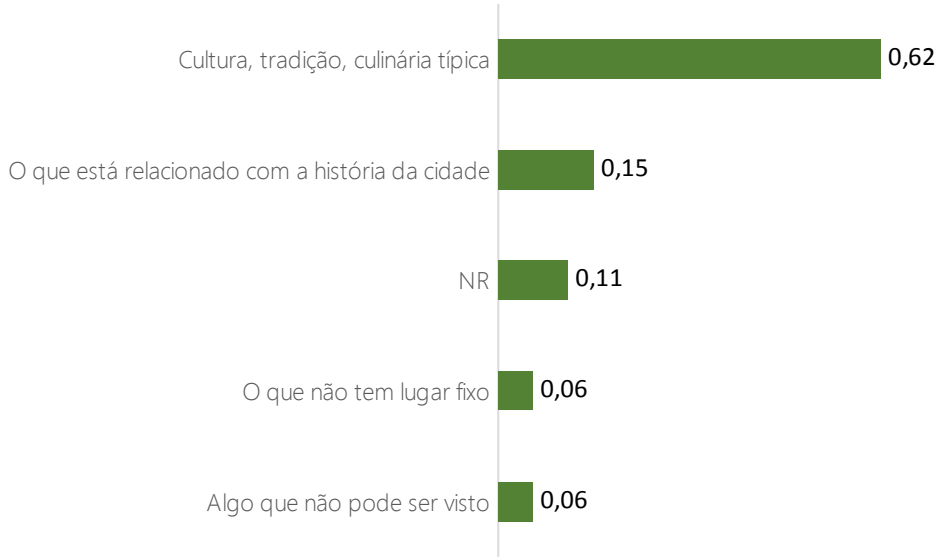


Gráfico 6: Definições de Patrimônio imaterial – Agentes culturais

100% dos entrevistados indicam que patrimônio imaterial é o conjunto de bens que não podemos tocar, envolvendo a cultura, crença, valores, danças e saberes existentes em um povo.

Descritor nível 1: elementos constituidores do patrimônio

O segundo descritor nível 1 da macrocategoria visões sobre patrimônio foi dividido em três descritores nível 2. Nas definições apresentadas por professores, agentes culturais e pelas visões impressas nos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural redigidos e analisados, os elementos constituidores do patrimônio são, em maior ou menor medida: 1) o lugar/espaço no qual se produzem e reproduzem as 2) histórias/memórias presentes nas narrativas, as próprias histórias e memórias; e 3) as pessoas e seu pertencimento, os atores dessas narrativas.

Esses critérios animam e criam o senso de pertencimento, tão caro à noção de patrimônio, que confere substancialidade e materialidade às relações entre as pessoas e o patrimônio, tornando possíveis as ações de preservação e de manutenção da vida dessas relações. Não à toa, o projeto Momentos Culturais de Belo Vale utiliza a expressão “dar vida” ao patrimônio para caracterizar o processo de criação de conhecimento cultural.

Os elementos constituidores do patrimônio, sem os quais a própria noção de patrimônio não tem razão de ser, são percebidos em seus exemplos práticos pelos atores participantes deste Diagnóstico, especialmente a partir das referências consideradas como patrimônio na cidade. É comum, portanto, a menção a ruínas, edifícios, cachoeiras; lendas, histórias, modos de fazer; personagens, lideranças, entre outros, em Belo Vale. Sendo assim, percebe-se que, mesmo que em sua maioria as caracterizações do conceito de patrimônio cultural sejam incompletas ou em alguns casos equivocadas, os exemplos práticos apresentados denotam que o conhecimento dos atores em torno desse conceito tem alcançado alguma consolidação, e isso certamente deve ser visto de forma positiva.

Macrocategoria: patrimônio em Belo Vale

Da mesma forma que é importante conhecer as visões predominantes acerca do que seja patrimônio cultural, é importante perceber, no âmbito da Educação para o Patrimônio, do que estamos falando quando nos referimos ao patrimônio cultural no município. Aqui se encontram, portanto, os resultados relativos à segunda macrocategoria trabalhada: o Patrimônio em Belo Vale.

Em outras palavras, o importante é conhecer e compreender quais são as principais referências culturais do patrimônio na cidade, bem como os atores que mobilizam essas referências em sua atuação prática, seja no âmbito individual e no institucional.

Descritor nível 1: referências culturais

O primeiro descritor nível 1 desta macrocategoria diz respeito às referências culturais. A análise e a categorização dessas referências citadas e reconhecidas pelos atores participantes da avaliação levou em consideração o sistema de classificação de referências já adotado pelo Iepha, que é composto por nove categorias. Este sistema tem o objetivo de subsidiar a gestão e a preservação efetiva do patrimônio cultural no Estado, e baseia-se na percepção de que referências de naturezas distintas devem ser protegidas e manejadas de formas adequadamente distintas. O sistema visa, ainda, a instrumentalização das ações de preservação, garantindo a produção de conhecimento acerca do acervo cultural mineiro e a orientação aos órgãos regionais de patrimônio cultural.

As categorias utilizadas pelo Iepha não são excludentes, isto é, uma mesma referência cultural pode ser categorizada como sendo de mais de um tipo.

Figura 2. Categorias utilizadas pelo Iepha para classificar referências culturais

No sentido de mapear, por parte dos professores e agentes culturais, suas principais referências culturais materiais e imateriais em Belo Vale, o *survey* propôs uma abordagem *top of mind*, solicitando aos respondentes que listassem os bens que consideram como patrimônio cultural na cidade.

Entre os bens materiais mais citados pelos professores, estão a Fazenda Boa Esperança (citada por 80,3% deste público), o Museu do Escravo (71,8%), a Igreja de Santana (70,4%) e o Casarão dos Araújos (59,2%). Também são citados praças e edifícios que compõem o casario histórico da cidade. Na análise dos projetos “Museu vai à escola” e “Educar Belo Vale”, também são citadas a Estação Ferroviária e o Museu do Escravo, que confirma sua proeminência como instituição que não somente preserva parte importante do patrimônio material da região, como também atua ativamente na proteção deste acervo e na própria Educação para o Patrimônio Cultural.

Ressalta-se a necessidade de ser feito um projeto museológico para o Museu do Escravo, a fim de consolidar uma coleção trabalhada em termos de conteúdo e expografia. Ao longo do período de pesquisa, percebeu-se nas funcionárias do Museu um grande interesse pela Educação para o Patrimônio e questões relativas à conservação dos patrimônios locais. São elas grandes potências educacionais para o município, estabelecendo contato com visitantes e turistas.

Entre os agentes culturais, as estruturas materiais mais citadas são a Fazenda Boa Esperança

(100%), o Museu do Escravo (75%), as ruínas da Chacrinha dos Pretos (75%) e o casario histórico (75%).

Gráfico 7: Bens arqueológicos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos e culturais (materiais) identificados em Belo Vale – Professores[4]

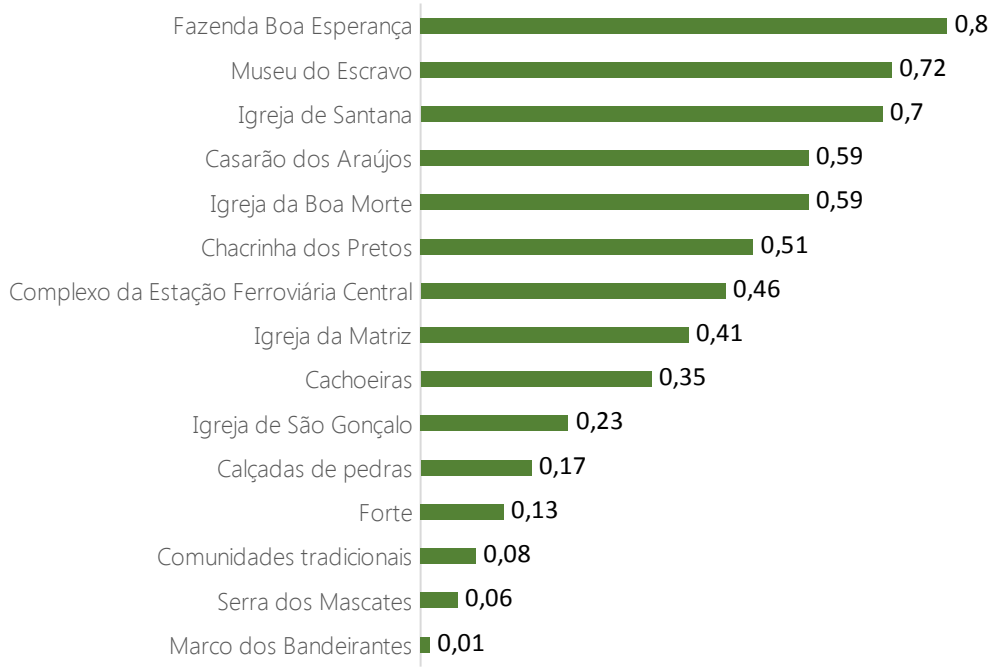
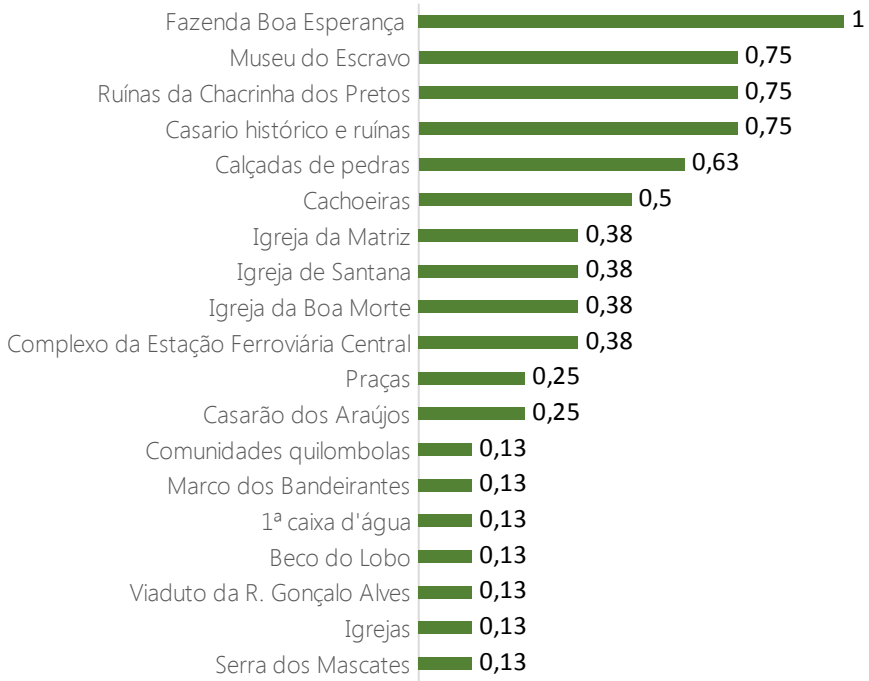


Gráfico 8: Bens arqueológicos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos e culturais (materiais) identificados em Belo Vale – Agentes culturais[5]



4 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

5 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Quanto ao patrimônio imaterial, percebe-se que professores e agentes culturais apresentam mais referências em comum, entre as mais citadas. Entre os professores, as referências de patrimônio imaterial mais citadas são as festas religiosas em geral (40,8% dos professores indicaram), a Folia de Reis (39,4%), o Congado (38,0%), as festas de Santana (28,2%) e de Semana Santa (23,9%). Também são citadas outras festas religiosas, o próprio Carnaval, festas temáticas e bandas musicais. Entre os agentes culturais, a festa de Nossa Senhora do Rosário e a Semana Santa são os patrimônios imateriais mais citados (100%), seguidos pela Folia de Reis (87,5%), pelas festas religiosas em geral (87,5%), pela Banda Santa Cecília (87,5%) e pelo Congado (87.5%).

Percebe-se que, tanto entre professores quanto entre agentes culturais, as referências imateriais citadas são quase todas *ritos e celebrações* ou *formas de expressão*, de acordo com a categorização adotada pelo Iepha. A menção a outras categorias, ou mesmo a referências como comunidades tradicionais, tradições culinárias e modos de fazer/saberes é baixa, o que pode indicar certo desconhecimento acerca destas tradições, ou mesmo pouco protagonismo das mesmas no cenário cultural de Belo Vale.

Gráfico 9: Bens arqueológicos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos e culturais (imateriais) identificados em Belo Vale – Professores[6]

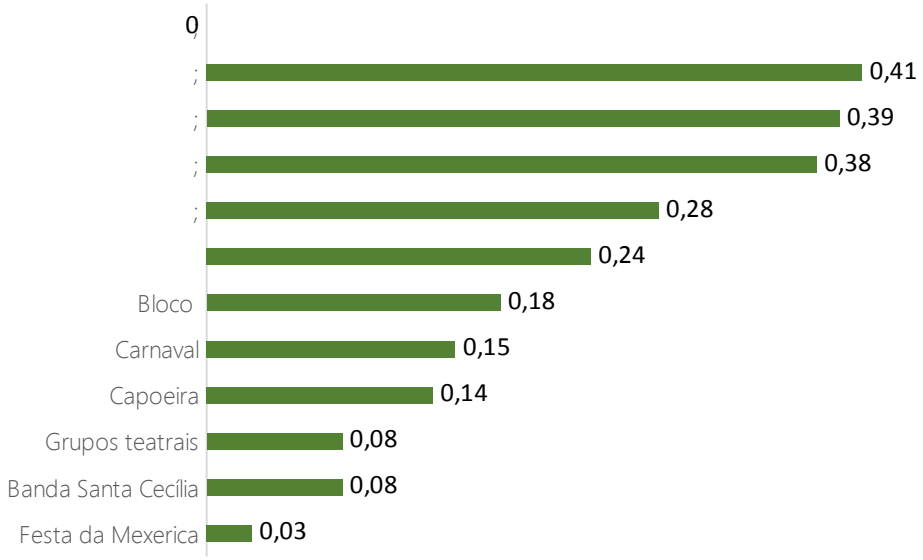
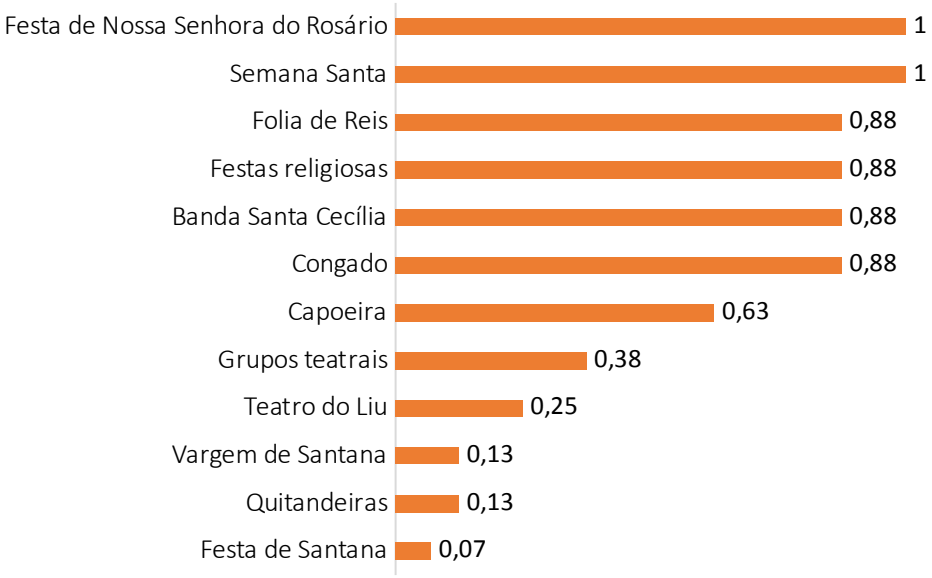


Gráfico 10: Bens arqueológicos, arquitetônicos, paisagísticos, históricos e culturais (imateriais) identificados em Belo Vale – Agentes culturais[7]

6 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

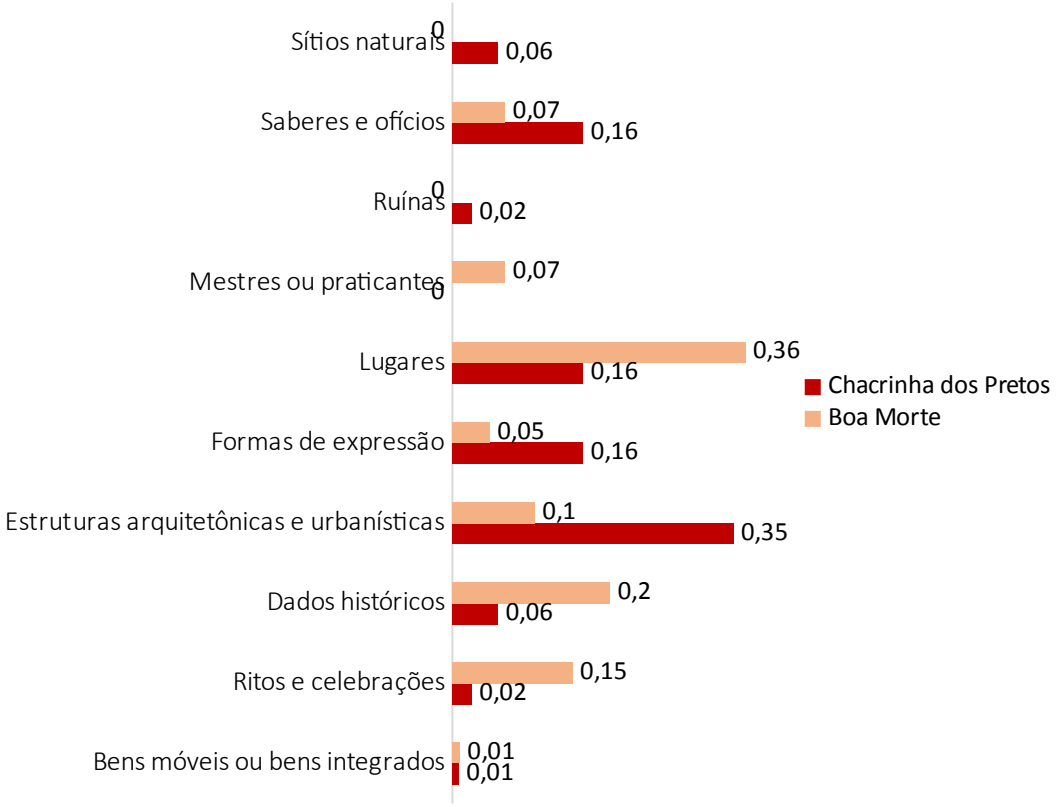
7 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.



O mapeamento das referências culturais materiais e imateriais em Belo Vale também foi feito a partir da confecção de Mapas de Percepção junto às comunidades tradicionais Chacrinha dos Pretos e Boa Morte. A confecção dos Mapas de Percepção foi conduzida e assistida pela consultora Sofia Vargas, pela gerência de patrimônio imaterial do próprio Iepha e pelo eixo de Educação para o Patrimônio Cultural do projeto *Refazenda*.

Na Chacrinha dos Pretos, destaca-se a menção a referências culturais de *estruturas arquitetônicas e urbanísticas* (35%), *saberes e ofícios* (16,3%), *lugares* (16,3%) e *formas de expressão* (16,3%). Por outro lado, em Boa Morte, destaca-se a menção a *lugares* (36,4%), *dados históricos* (19,6%) e *ritos e celebrações* (15%).

Gráfico 11: Categorias de referências culturais mapeadas pelos Mapas de Percepção em comunidades tradicionais de Belo Vale

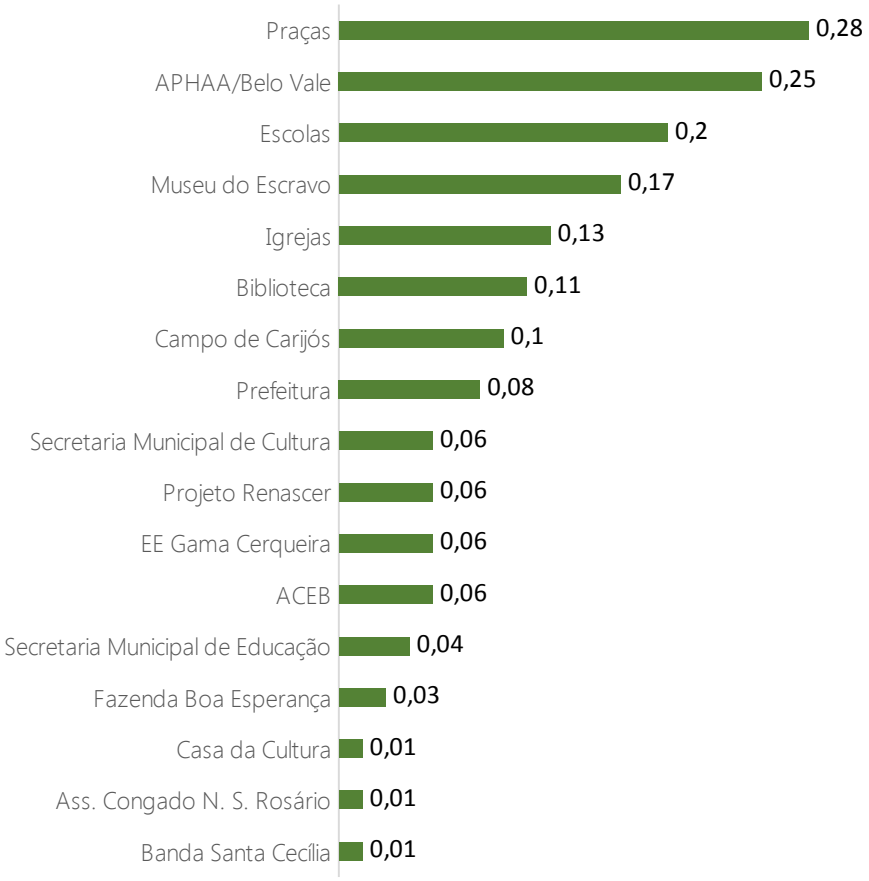


Descritor nível 1: sujeitos e equipamentos difusores

Além de se compreender as principais referências culturais em Belo Vale, cabe conhecer por quais mecanismos individuais e institucionais essas referências reproduzem sua importância histórica e cultural na cidade. Destacam-se, então, os resultados do segundo descritor nível 1 da macrocategoria Patrimônio em Belo Vale, dividido em dois descritores nível 2, sendo eles Instituições e Agentes.

Em termos institucionais, percebe-se que 98,6% dos professores e 100% dos agentes culturais conhecem algum espaço ou instituição onde se desenvolvem práticas culturais em Belo Vale. Os professores destacam espaços como as praças (lembradas por 28,2% deles), a APHAA (25,4%) e as escolas (19,7%). A leitura dos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale permitiu identificar, ainda, a menção a instituições como a Secretaria Municipal de Saúde, o Museu do Escravo e a EMATER/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

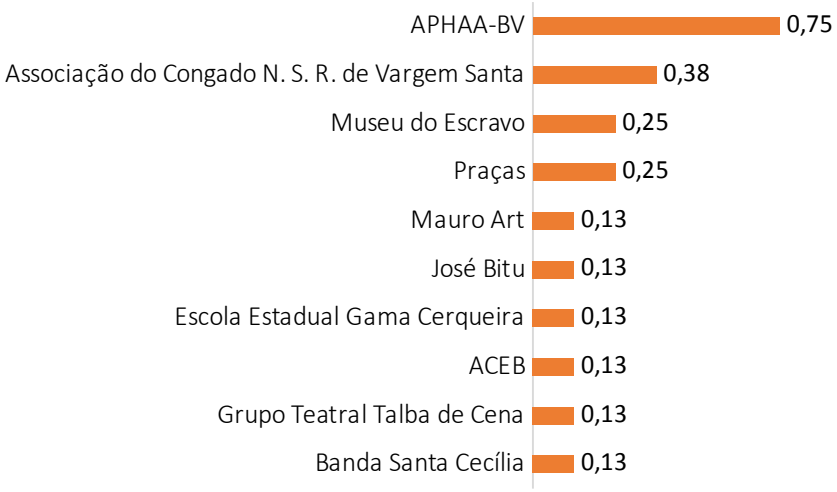
Gráfico 12: Instituições e espaços onde se desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Professores[8]



Entre os agentes culturais, a Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale (APHAA/BV) foi a instituição mais citada, mencionada por 75% dos entrevistados, seguida da Associação de Congado N. S. do Rosário (37,5%) e do Museu do Escravo (25%). Esse público indica, ainda, algumas lideranças individuais enquanto instituições difusoras, apresentando um equívoco de interpretação da pergunta.

8 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Gráfico 13: Instituições e espaços onde se desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Agentes culturais[9]

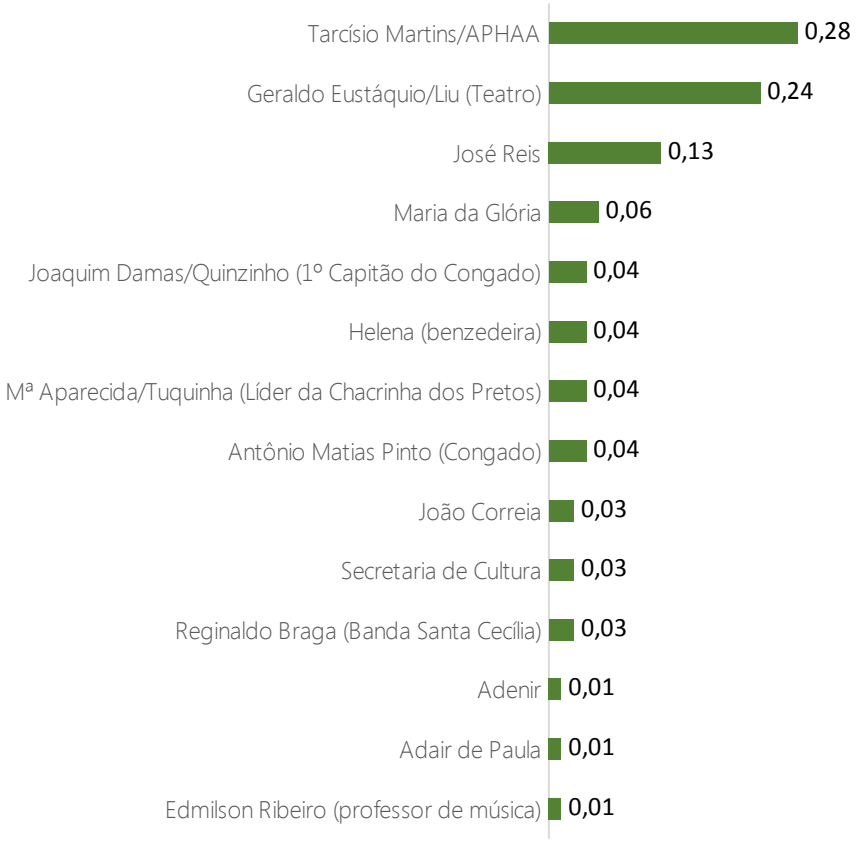


Entre os agentes, individuais ou coletivos, produtores de práticas e ações culturais em Belo Vale, os professores entrevistados no *survey* destacam Tarcísio Martins, ex-presidente da APHAA (28,2%), Geraldo Eustáquio/Liu, do teatro, (23,9%) e José Reis, do Congado de Belo Vale (12,7%). Lideranças vinculadas à música, à dança e ao artesanato também são frequentemente citadas pelos professores. Foram indicadas, ainda, algumas instituições, como a Secretaria de Cultura, demonstrando um equívoco de interpretação da pergunta.

Os agentes culturais, por outro lado, destacam Grasiele Ribeiro, Rainha do Congado em Belo Vale, como uma referência cultural (62,5%), seguida de Reginaldo Braga, da Banda Musical Santa Cecília (50%) e de Geraldo Eustáquio/Liu, do Teatro (50%).

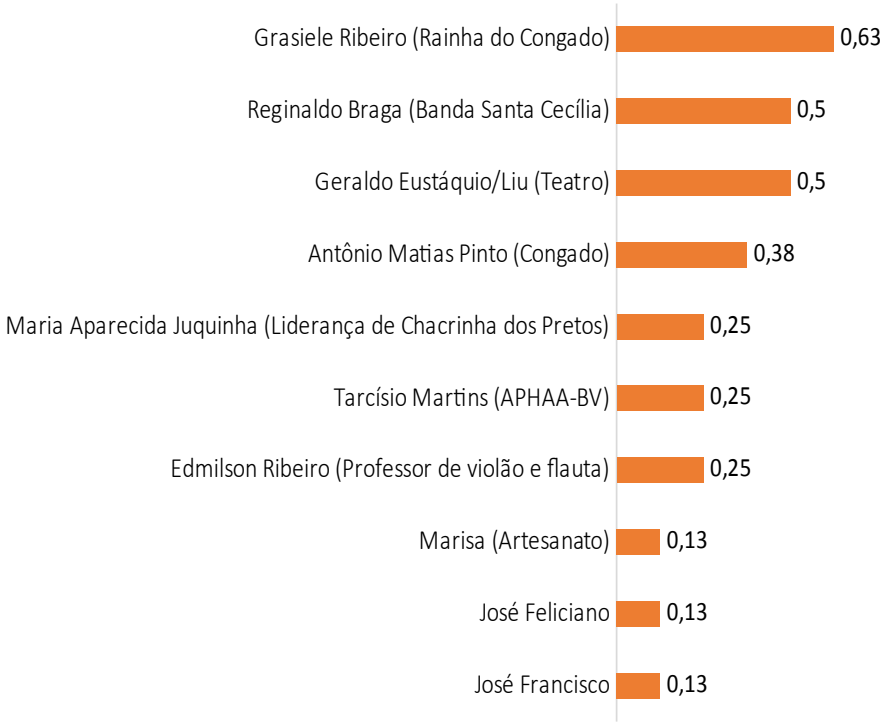
9 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Gráfico 14: Agentes que desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Professores[10]



10 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Gráfico 15: Agentes que desenvolvem práticas culturais em Belo Vale – Agentes culturais[11]



Macro categoria: Educação para o Patrimônio em Belo Vale

A Educação para o Patrimônio em Belo Vale é a terceira macrocategoria trabalhada neste Diagnóstico, que se divide em 7 descritores nível 1, sendo eles: definições, categorias utilizadas nas ações de Educação para o Patrimônio, atores, estratégias de veiculação do conteúdo, Educação para o Patrimônio e estrutura curricular da educação básica, linguagens usadas na Educação para o Patrimônio e, por fim, práticas em Educação para o Patrimônio em Belo Vale.

A Educação para o Patrimônio pode ser definida, em linhas gerais, como um esforço e processo de construção de conhecimento, calcada no Patrimônio Cultural como fonte primordial de aprendizado. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), documento considerado seminal na Educação para o Patrimônio Cultural, estabelece que:

> O patrimônio cultural, em todas as suas formas, deve ser preservado, valorizado e **transmitido** às gerações futuras como **testemunho** da **experiência** e das aspirações humanas, a fim de nutrir a **criatividade** em toda sua **diversidade**, e instaurar um verdadeiro **diálogo entre as culturas** .

Sendo o acesso ao conhecimento a partir do patrimônio cultural um direito, a Educação para o Patrimônio Cultural se configura como um importante processo de apropriação da realidade social e ambiental por parte dos entes envolvidos no processo educativo a partir de evidências culturais, que

11 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

culmina na valorização e na estima individual e coletiva. Importa, portanto, para fins de compreensão e planejamento de ações, entender quais são os conceitos e noções que perpassam a ideia de Educação para o Patrimônio para os atores desse processo em Belo Vale. Entende-se que a percepção desses atores, bem como sua propensão e interesse em se apropriar mais do conceito, é essencial para o sucesso de quaisquer iniciativas relacionadas.

Descritor nível1: Definições

Conforme esperado, entre os professores entrevistados no *survey*, as noções de Educação para o Patrimônio Cultural são múltiplas. Os descritores nível 2 criados para as definições são: transmissão do conhecimento histórico, valorização e preservação do patrimônio cultural, instrumental educativo e expressão comunitária.

Cerca de 37% deles indicam que o fim do processo é ajudar a população a reconhecer e valorizar o patrimônio, enquanto 23,9% postulam que Educação para o Patrimônio Cultural é um processo de promoção da preservação do espaço público. Além da valorização cultural e da preservação, noções como a transmissão entre gerações de conhecimentos e os benefícios do patrimônio público atravessam as visões expressas pelos professores. É importante reiterar que, nesse ponto, alguns professores podem ter fornecido respostas socialmente desejáveis ou genéricas, das quais se torna difícil extrair conteúdos mais profundos.

Nos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural analisados, percebe-se visões mais complexas desse processo, apresentado não apenas como uma ferramenta de ensino, mas como uma possibilidade de cristalização do conhecimento sobre a realidade local, inclusive social e ambiental. A Educação para o Patrimônio Cultural, nos projetos analisados, possui uma intenção e uma potencialidade muito clara: a de possibilitar a compreensão de aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais que tangenciam a região de Belo Vale e de Minas Gerais como um todo.

Tratar a Educação para o Patrimônio Cultural como um instrumental, como um expediente de aprendizado cultural, é, portanto, uma perspectiva a ser considerada rigorosamente. Um exemplo evidente é o do projeto “Incentivo ao uso de plantas medicinais no município de Belo Vale”: o trabalho com os modos de fazer, saberes e tradições espirituais de Belo Vale que envolvem o uso de ervas medicinais da flora local não apenas possibilita a compreensão das características vegetais da região, como também permite o contato com a utilização ancestral dessas ervas.

As definições múltiplas apresentadas pelos professores parecem, também, enunciar a diferença entre as expressões “Educação Patrimonial” e “Educação para o Patrimônio”: na primeira, o patrimônio cultural é utilizado como mecanismo de aprendizagem, como uma espécie de ferramenta que possibilita a transmissão de conhecimentos. Por outro lado, a segunda expressão utiliza este instrumental na tentativa de reforçar a perspectiva da preservação do patrimônio, no sentido de que a educação também deve ter como objetivo a manutenção e a sobrevivência do patrimônio cultural material e imaterial.

Gráfico 16: Definições de Educação para o Patrimônio – Professores

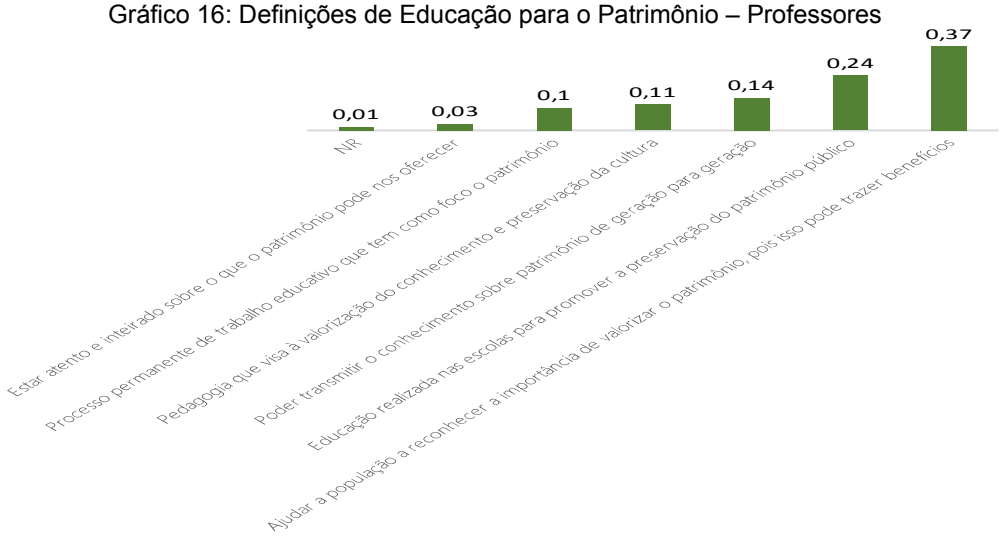


Figura 3: Definições de Educação para o Patrimônio – Professores

Entre os agentes culturais, as percepções envolvendo a Educação para o Patrimônio Cultural não são tão diversas quanto entre os professores. 62,5% dos agentes culturais postulam que a Educação para o Patrimônio Cultural consiste nos conhecimentos que são compartilhados com a sociedade de forma a preservar o patrimônio público, enquanto 37,5% indicam que se trata da compreensão dos bens patrimoniais na prática educacional. Ambas as respostas são deveras genéricas, e não indicam com a profundidade necessária os meandros das percepções desses atores quanto à Educação para o Patrimônio Cultural.

Contudo, um aspecto chama a atenção: na seção “Visão sobre o Patrimônio Cultural” do *survey*, os agentes culturais apresentaram noções mais sistemáticas sobre a ideia de patrimônio, mas essa robustez parece não se reproduzir nas suas percepções sobre a Educação para o

Patrimônio Cultural. Parece existir, então, ainda uma espécie de dificuldade em se compreender os fins e as possibilidades educativas do Patrimônio cultural, em Belo Vale, por parte dos agentes culturais.

Gráfico 17: Definições de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais

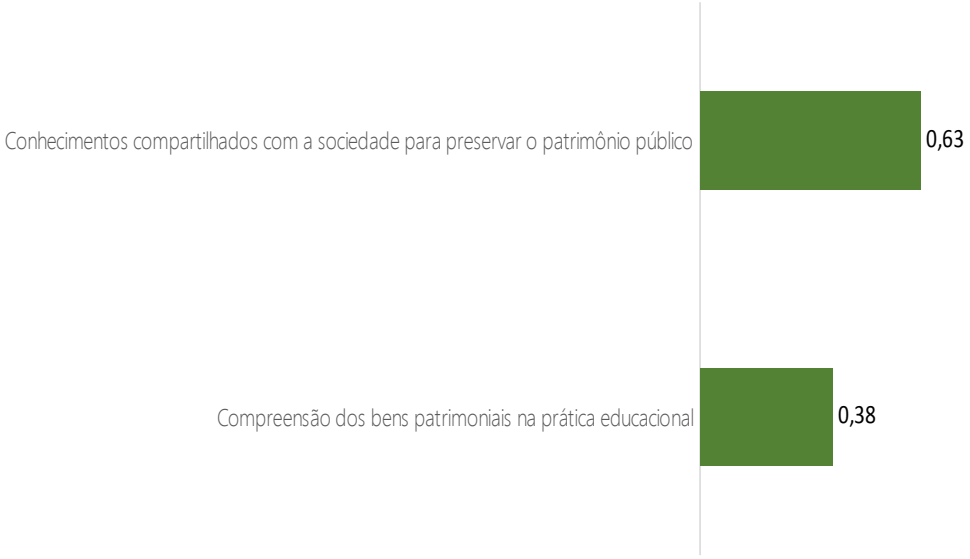


Figura 4: Definições de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais

Sobre os projetos de Educação para o Patrimônio, segue abaixo uma breve descrição de todos os trabalhos analisados ao longo deste texto, em diversos momentos.

É importante observar que, entre os projetos analisados, os que possuem maior riqueza de detalhes informacionais disponíveis são “Momentos culturais de Belo Vale” e o “Educar – Belo Vale”. Esses projetos parecem, também, os mais sistemáticos em termos de estruturação metodológica. Nesse sentido, as informações apresentadas acerca dos projetos estão condicionadas à disponibilidade de informações sobre cada um deles.

Figura 5: Canvas – resumo sobre os projetos de Educação para o Patrimônio de Belo Vale

Momentos culturais de Belo Vale

•Tendo como premissa a necessidade de disseminar o patrimônio cultural de Belo Vale e as referências patrimoniais da cidade, o projeto foi implantado durante três meses em escolas da cidade. No projeto, que envolveu alunos e professores, a discussão sobre o patrimônio foi realizada através das produções culturais. Este culminou na realização de concursos de redações e apresentações tetrais para toda escola.

Educar Belo Vale

•No esforço de implantar um modelo metodológico adotado pelo Iepha, o projeto prevê o trabalho com o patrimônio cultural a partir de pesquisa e prática. Foi desenvolvido em dois meses com duas escolas da rede pública, do ensino fundamental. O período de estudo dos bens culturais do município resultou em uma visita ao “Conjunto Arqueológico das Casas Velhas”, que serviu como base para o desdobramento das atividades em sala de aula e para o momento de exposição com a Feira de Cultura.

Incentivo ao uso de plantas medicinais em Belo Vale

•Projeto realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a EMATER e outras instituições, prevê o plantio, cultivo e distribuição de plantas medicinais e produtos derivados à comunidade, a partir do trabalho ativo da comunidade rural. Utiliza rigorosamente a sabedoria popular como fonte primordial de conhecimento, em consonância com as Práticas Integrativas Complementares (PICs) do SUS.

Museu vai à escola

•Projeto de extensão do Museu do Escravo de Belo Vale junto às escolas das comunidades rurais. Visa levar às escolas rurais o conhecimento ativo da escravatura na região, através da exposição de artefatos do acervo do museu e de intervenções artísticas dos próprios alunos e de parceiros.

Paisagens de onde vivo

•Projeto veiculado por escolas rurais do município, que postula a reflexão sobre o ambiente do entorno das escolas e do cotidiano dos alunos, onde o patrimônio serve de cenário e de elemento ativo de reflexão.

Exposição do X Circuito Internacional de Arte Brasileira na Fazenda Boa Esperança

•Ação desenvolvida pela Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com vistas a intensificar o potencial da Fazenda Boa Esperança como equipamento e referência cultural na cidade, a partir do uso artístico de suas locações.

Descritor nível 1: Categorias utilizadas nas ações de Educação para o Patrimônio Cultural

Este segundo descritor nível 1, da macrocategoria Educação para o Patrimônio em Belo Vale, tem como descritores nível 2 as categorias de referências culturais adotadas pelo Iepha, sendo elas: ritos e celebrações, formas de expressão, modos de fazer e saberes, lugares, localidades, mestres e praticantes (lideranças), dados históricos, bens móveis ou bens integrados e estruturas arquitetônicas e urbanísticas.

Entre os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural analisados em Belo Vale, as referências culturais mobilizadas são múltiplas, desde a menção a estruturas arquitetônicas e urbanísticas às formas de expressão. No entanto, nos textos relativos aos projetos, estas referências são pouco citadas. Abaixo, apresentamos alguns excertos dos projetos relativos a algumas categorias, sendo elas os modos de fazer e saberes e estruturas arquitetônicas e paisagísticas:

> Em junho de 2014, foi realizada uma busca ativa dos principais raizeiros da cidade para reuniões mensais junto às comunidades.
> (Incentivo ao uso de plantas medicinais em Belo Vale)

> "O trabalho com o texto "Sobre trilhos e trens" deverá despertar nos alunos o interesse pelo patrimônio cultural que representa a Estação Ferroviária e os trilhos de Belo Vale, com sua história e antiga importância econômica.
> (Momentos culturais de Belo Vale)

Ainda que as menções diretas às referências culturais sejam limitadas nos textos descritivos dos projetos, percebemos que, em projetos como o "Educar Belo Vale", que trabalham com metodologias de proposição gradual de conteúdo e alternância entre formação e construção de significado, previamente elaboradas pelo Iepha, as referências culturais são frequentemente mobilizadas em etapas como a observação, a exploração e o registro, haja vista que precisam desenvolver habilidades de pesquisa, compreensão de situações e escuta ativa. Destaca-se um ponto negativo do Educar Belo Vale, no que diz respeito às referências, pois são trabalhados somente os bens protegidos pelos órgãos governamentais não havendo espaço para a Educação para o Patrimônio de referência apenas comunitária.

Descritor nível 1: Atores

Em geral, os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural analisados para a produção do Diagnóstico reconhecem a ideia de que este processo envolve diferentes atores, com funções e atribuições diversas nesta cadeia, e com naturezas distintas. Enquanto descritores nível 2 desta categorização, têm-se os gestores, os difusores, os educandos e as referências comunitárias.

Percebe-se majoritariamente a menção a gestores educacionais das próprias escolas ou da direção municipal, sem que seja pautada a intersetorialidade cara à produção transdisciplinar. Quanto aos difusores, basicamente reconhece-se os agentes escolares, e, em alguns projetos mais robustos e contínuos, os alunos como disseminadores do conhecimento sobre o patrimônio cultural. Os espaços e agentes culturais são pouco mobilizados, com exceção de projetos como o "Museu vai à escola", conduzido pelo próprio museu.

Aos educandos em geral é esperada uma postura mais passiva e receptiva acerca da Educação para o Patrimônio Cultural, com exceção do "Momentos culturais de Belo Vale", projeto que os reconhecem como entes ativos e multiplicadores de informações na comunidade escolar. Por fim, as referências comunitárias acabam também adotando uma postura consultiva, de resposta às demandas informacionais, como fontes de conhecimentos acessíveis aos professores, alunos e à

comunidade escolar.

Tabela 2: Resumo dos projetos e ações analisados quanto aos atores participantes

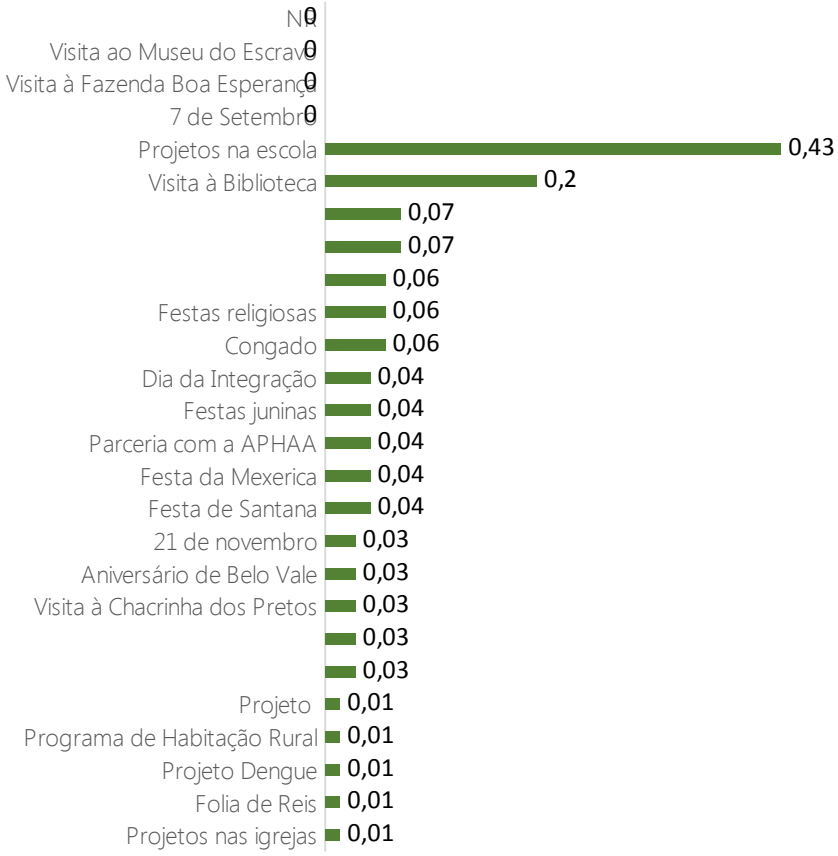
Momentos culturais de Belo Vale	O projeto destaca a utilização de textos, poemas e cenas teatrais para se trabalhar a Educação para o Patrimônio Cultural com os alunos. Fazendo uso da aptidão destes, a discussão em torno do patrimônio é apresentada a partir de momentos culturais a serem definidos de acordo com o calendário escolar. O projeto tem como objetivo preparar os alunos para produção cultural mediante essas representações teatrais para toda a escola.
Educar Belo Vale	Faz menção à gestão cultural, a partir do Iepha e da gestão cultural municipal. Os professores devem ministrar uma aula introdutória sobre os conceitos do patrimônio cultural, sem que tenham capacitação para isso. Em seguida, é indicada a realização de palestras interativas com o tema: "O que é patrimônio cultural: porque conhecer e cuidar?" a serem realizadas por membros da Secretaria Municipal de Cultura, pelo Conselho Municipal de Patrimônio e por um pesquisador com conhecimento sobre o patrimônio local. A terceira etapa, por sua vez, é a escolha de um bem cultural a ser visitado. Essa é realizada pelos alunos, sendo a votação realizada a partir de uma lista de bens oficiais, previamente selecionados. Após a votação, os alunos devem realizar uma pesquisa sobre o local a partir de uma bibliografia indicada pela escola ou pela Secretaria Municipal de Cultura. O próximo passo é identificar um membro da comunidade conhecedor do bem cultural a ser visitado. Este deverá ser alguém que tenha vivenciado uma experiência pessoal com o local escolhido.
Incentivo ao uso de plantas medicinais em Belo Vale	Os principais atores são os raizeiros, conhecedores das plantas e suas propriedades, que difundem seu saber a outras comunidades. Há parceria intensa com outros atores governamentais, como o SUS e a EMATER.
Museu vai à escola	Os agentes difusores são os agentes culturais vinculados ao Museu, e os parceiros mobilizados para conduzir as intervenções artísticas junto aos alunos das comunidades rurais, que assumem uma postura mais receptora do conteúdo.
Paisagens de onde vivo	Os alunos são os principais atores, somados aos professores, que conduzem a reflexão ativa a respeito da paisagem cotidiana.
Exposição do X Circuito Internacional de Arte Brasileira na Fazenda Boa Esperança	Os principais atores são os gestores municipais e da Fazenda Boa Esperança, que viabilizaram a realização de eventos na Fazenda. O público que acompanha as ações também é considerado como ator, mas sua participação não dispõe de informações suficientes para ser avaliada.
Visitação à Fazenda Boa Esperança	Professores das escolas municipais e estadual realizam esporadicamente visitas à Fazenda Boa Esperança com finalidade lúdica e educativa. Os visitantes utilizam o espaço da Fazenda como plataforma para diversas propostas como, por exemplo, passeios ciclísticos, piqueniques e excursões, buscando conhecer o espaço físico e a história do patrimônio.

Descritor nível 1: Estratégias de veiculação do conteúdo de Educação para o Patrimônio Cultural

A compreensão dos mecanismos, processos e instrumentos dos quais os professores e outros agentes da Educação para o Patrimônio Cultural se valem para transmitir este conteúdo programático é fundamental para a reflexão sobre a penetração e o alcance desse conteúdo para os educandos e outros atores do processo. Nesse sentido, o *survey* aplicado junto aos professores e agentes culturais buscou compreender não somente se já haviam participado de alguma ação de Educação para o Patrimônio Cultural, mas também desvendar suas experiências em torno desse processo. Os descritores nível 2 desta seção são: visitas e excursões, feiras e atividades culturais, projetos, sala de aula e festas, celebrações e datas cívicas.

Entre os professores da Educação Básica entrevistados no *survey*, 60,6% já participaram de alguma ação de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale. As ações mais destacadas são as visitas ao Museu do Escravo (19,7% dos professores responderam), visitas à Fazenda Boa Esperança (7,0%), participação nos festejos do dia 07 de setembro – dia da Independência do Brasil (7,0%), entre outros projetos. Ainda que a menção a outros festejos, tais como festas juninas, congado, dia da integração e 21 de novembro,tenha sido feita, é importante notar que o envolvimento dos professores nessas ações – a contar apenas pelo *survey* – parece ser pontual, o que também nos leva a caracterizar como pontuais os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale.

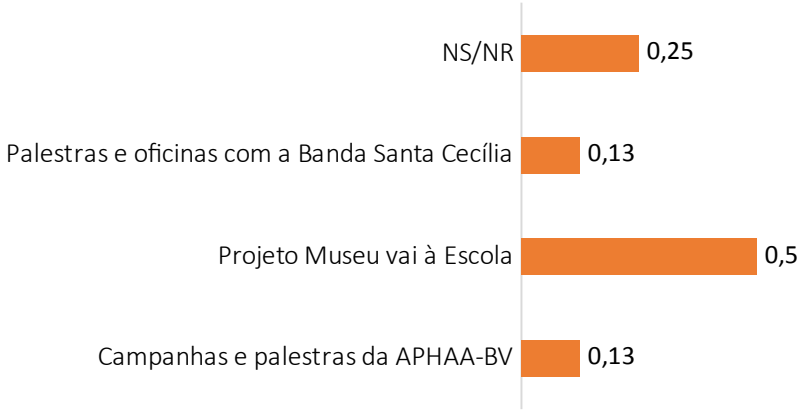
Gráfico 18: Ações de Educação para o Patrimônio – Professores[12]



12 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Já entre os agentes culturais, apenas 25% deles já participaram de ações envolvendo a Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale, dado que surpreende, haja vista que esses profissionais são agentes culturais. Reforça, ainda, a percepção apresentada anteriormente de que parece haver uma lacuna entre a produção cultural na cidade e a Educação para o Patrimônio Cultural, não se percebendo a cultura como mecanismo e objeto de ações de educação. Entre os projetos citados pelos agentes culturais, destaca-se o "Museu vai à Escola", capitaneado pelo Museu do Escravo.

Gráfico 19: Ações de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais



Descritor nível 1: Educação para o Patrimônio e Estrutura Curricular da Educação Básica

Este é quinto descritor nível 1 da macrocategoria Educação para o Patrimônio em Belo Vale. Entre as divisões de descritores nível 2, tem-se: legislações, normas e recomendações formais, Parâmetros Curriculares Nacionais, presença da Educação para o Patrimônio nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das escolas, interdisciplinaridade e não-interdisciplinaridade.

O conteúdo de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale é, predominantemente, veiculado nas escolas, que são consideradas os *loci* mais profícuos em termos de transmissão do conhecimento e do processo educativo. Uma vez que sua disseminação ocorre majoritariamente nas escolas, é importante refletir sobre o fato de que, além do conteúdo de Educação para o Patrimônio Cultural em si, a grade curricular da Educação Básica é composta por outros Componentes Curriculares, como a Língua Portuguesa, a Matemática, a História, a Geografia, as Ciências, entre outras. Nesse sentido, devemos refletir sobre qual espaço é dado à Educação para o Patrimônio nessas escolas e como se dá sua relação com estes outros componentes, partindo do pressuposto de que, quanto mais integrado é o processo educativo, maior a qualidade do conhecimento apreendido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/1996) prevê em seu artigo 1º que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações

da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ora, se a produção cultural também é espaço de formação e aprendizado, deve também ser objeto desse processo: germina daí a noção de Educação para o Patrimônio Cultural, institucionalizada no Brasil.

Entretanto, a Educação para o Patrimônio Cultural como um conteúdo e um Componente Curricular ainda encontra dificuldades de consolidação no Brasil, tanto por questões institucionais quanto por recursos humanos. No dossiê Educação patrimonial: histórico, conceito e processos, de 2014, o IPHAN e o MEC procuram discorrer sobre a evolução da Política de Proteção ao Patrimônio no Brasil e apontam a Educação para o Patrimônio Cultural como um mecanismo de preservação, destacando a importância de este componente ser implantado à luz da transversalidade e da comunicação com outros Componentes Curriculares.

De fato, a implantação da Educação para o Patrimônio Cultural possibilita o trabalho com inúmeros conteúdos interdisciplinares, a exemplo da História, da Geografia, da Língua Portuguesa, das Artes e, evidentemente, das Ciências Naturais. É importante, portanto, verificar de que forma essas orientações têm sido aplicadas nas ações de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale, a fim de enxergar possibilidades de aprimoramento deste desenho.

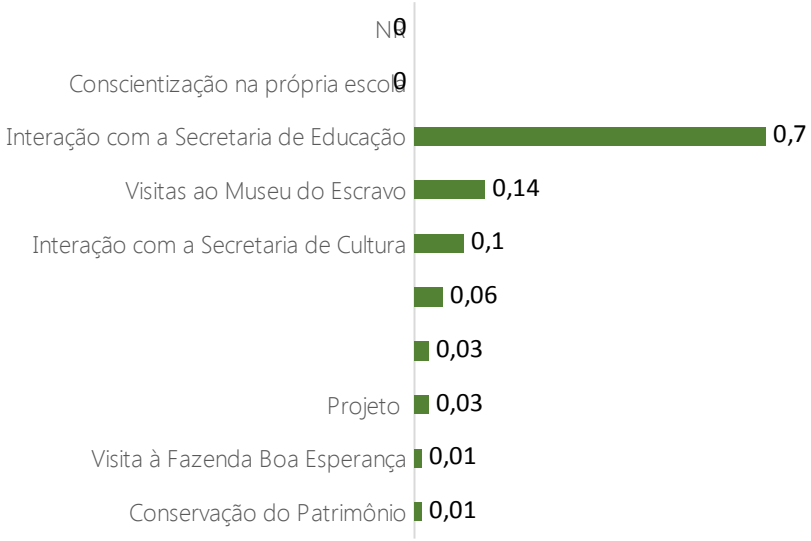
Por uma limitação metodológica do estudo, não foi possível ter acesso aos PPPs das escolas avaliadas neste Diagnóstico. A análise dos PPPs poderia suprir uma demanda informacional relativa à comunicação entre a Educação para o Patrimônio Cultural e outros Componentes Curriculares. No entanto, no *survey* aplicado, percebeu-se que todos os professores informaram que é importante existir estratégias robustas de Educação para o Patrimônio Cultural nas escolas em que trabalham, ainda que não discorram sobre de que forma este conteúdo deve dividir espaço com outros.

Esta é, aliás, uma questão que merece atenção: talvez pelo fato de fornecerem uma resposta socialmente desejável, os professores não refletiram sobre a operacionalização dessa divisão de espaço. Sabemos que, na prática, o diálogo entre esses conteúdos exigiria maior capacitação e preparo dos professores, bem como mais horas destinadas ao planejamento das aulas, e até mesmo maior número de aulas. Nesse sentido, vale refletir sobre o *trade-off* que existe entre o desejo expresso de se inserir mais Educação para o Patrimônio Cultural no processo formativo e o espaço existente nas grades curriculares. A interdisciplinaridade e o trabalho por projetos podem ser, a princípio, respostas a esse *trade-off.*

Ainda que os professores percebam a importância de se haver orientações pedagógicas claras e sistemáticas sobre a implantação da Educação para o Patrimônio Cultural, apenas 31% deles informaram existir algum tipo de orientação nas escolas em que trabalham. As orientações apontadas por eles denotam, a rigor, certo generalismo e pouca especificidade, a exemplo da "conscientização na própria escola" (14,1%) e da "interação da escola com as Secretarias municipais" (12,7%), além da pouca continuidade dessas ações, tendo como foco visitas excursionais ao Museu do Escravo (5,6%).

Sabemos que os dados coletados possuem alguns vieses, mas as informações apresentadas devem orientar a reflexão em torno das visões imperantes sobre a Educação para o Patrimônio Cultural: de um lado, parece não haver orientação clara da gestão educacional municipal em torno desta questão, e a aplicação do conteúdo nas escolas acaba sendo discricionária. Por outro prisma, tanto professores quanto gestores educacionais parecem partilhar de uma visão pouco aprofundada sobre a Educação para o Patrimônio Cultural e suas possibilidades como processo formativo.

Gráfico 20: Orientações pedagógicas de Educação para o Patrimônio – Professores[13]



Descritor nível 1: Linguagens usadas na Educação para o Patrimônio Cultural

Mais um descritor da macrocategoria Educação para o Patrimônio, este se divide nos descritores nível 2: oral, escrita, imagética, cênica, musical e mista. Uma das potencialidades mais relevantes expressas nos projetos analisados neste Diagnóstico é a multiplicidade de linguagens propostas para a comunicação do conteúdo e da construção da valorização da identidade cultural da região de Belo Vale. Esta análise se deu por meio da leitura dos projetos que foram disponibilizados para análise, os citados neste Diagnóstico. De uma forma ou de outra, todos os projetos propõem a interlocução entre linguagens escritas e orais, e o aproveitamento da coloquialidade como recurso didático e de exposição de conteúdo. A linguagem predominante, portanto, é uma mescla entre matrizes e fontes diferentes.

Como não poderia deixar de ser, a tradição oral é exortada: o trabalho com as referências culturais, mestres e praticantes, e as habilidades de escuta ativa são desenvolvidas a partir da história oral, na qual tanto professores quanto alunos participam e coletam informações. Da tradição oral, passa-se à linguagem escrita, formato da consolidação do conhecimento por excelência, adotado nesses projetos de Educação para o Patrimônio Cultural. A escrita fundamenta o aprendizado da ortografia, bem como possibilita o desenvolvimento de habilidades de expressão e organização narrativa. A linguagem escrita também é mobilizada nas habilidades de leitura e análise de textos: em projetos como “Momentos culturais de Belo Vale”, são utilizados textos de vários autores, adaptados à Educação Básica. O projeto produziu, ainda, um Concurso de Redação, no qual as melhores produções de texto dos alunos seriam premiadas.

A música, a imagem e a linguagem cênica também são empregadas como coleta de dados e exposição dos resultados dos projetos por parte dos alunos. Essas tradições, mais próximas da produção artística, são utilizadas não somente com o intuito de fornecer experiências sensoriais aos educandos, como também recursos didáticos de transmissão de conteúdo, possibilitando a apreensão desses conteúdos e a exposição à comunidade escolar de forma lúdica.

13 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

Destaca-se, porém, o projeto Educar Belo Vale, que trata de maneira superficial a relação do tema do patrimônio com a criação artística. As linguagens artísticas são apresentadas como alegorias e não como campo de estudo que poderia contribuir, em si, com o desenvolvimento de todo projeto. A roupagem “transversal” é desmistificada ao tratar outra área do conhecimento somente enquanto ferramenta e não como equivalente na construção do conhecimento. A citação: “Os alunos serão estimulados e orientados a reproduzir, por meio de redações, desenhos, fotos, maquetes, peças teatrais, entre outras criações artísticas, alguns dos bens culturais mais representativos do município.”

Corrobora com o argumento pontuado acima ao dizer que a reprodução não é a estratégia mais adequada para se trabalhar o patrimônio cultural. Esta, por sua vez, acarreta muitos questionamentos sobre o uso das linguagens artísticas nos trabalhos desenvolvidos. Ainda que tenham sido mapeadas nos projetos, vale questionar acerca do modo como são utilizadas.

Figura 6: Linguagens e formas de expressão mapeadas nos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale

Descritor nível 1: Práticas em Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale

O último, mas não menos importante descritor desta seção, tem como divisão em descritores nível 2 os seguintes aspectos das práticas de educação encontradas em Belo Vale: formal, não-formal, processual e pontual, corroborando para inferências muito importantes a respeito do que tange a Educação para o Patrimônio e os *insights* para a produção do Projeto de Educação que proporemos, juntamente com as demais questões levantadas neste Diagnóstico.

Segundo a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Ministério da Educação, a Educação Patrimonial é constituída de "todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações" (BRASIL, 2014), de modo a colaborar com o reconhecimento, a valorização e a preservação dessa riqueza cultural. Este parâmetro também considera que a educação deve ser democrática e coletiva, estimulando o diálogo entre agentes culturais e sociais e comunidades guardiãs dos referenciais culturais em questão. Nesse sentido, é importante observar, no âmbito de Belo Vale, se as iniciativas de Educação para o Patrimônio Cultural se dão de maneira formal, não- formal ou informal, e qual a continuidade de sua oferta.

Todos os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural analisados para a produção deste

Diagnóstico possuem alguma chancela institucional, seja a partir da gestão pública municipal, seja pelo apoio de alguma instância estadual ou federal. Pode-se dizer que os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural analisados mesclam os âmbitos da educação formal e não-formal com as formas de construção do conhecimento informais a partir do acesso às referências culturais reconhecidas no município.

Esta mescla não se percebe quando o assunto é a continuidade das ações, o que, aliás, se configura como uma das maiores fragilidades da oferta de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale na atualidade. Em sua maioria, os projetos analisados possuem horizontes temporais limitados, uma vez que o diálogo com outros componentes curriculares e a interdisciplinaridade não são, em essência, postos em prática. Visitas, excursões, participações em desfiles e festejos são realizados de forma pontual, limitada à proximidade temporal desses eventos.

Os projetos “Momentos culturais de Belo Vale” e “Educar Belo Vale” possuem um horizonte maior de tempo, mas ainda possuem um prazo curto de execução, que limita as oportunidades dos professores, gestores e educandos em promover adaptações ao componente. A falta de continuidade destas ações faz com que os conhecimentos sejam isolados, isto é, os educandos acabam tendo poucas oportunidades de socializar este conhecimento e refletir sobre ele em outros Componentes Curriculares, bem como em assuntos posteriores na estrutura curricular.

Macrocategoria: Fazenda Boa Esperança

A Fazenda Boa Esperança é, atualmente, um dos principais equipamentos culturais de Belo Vale/MG, embora sua utilização atual seja limitada, em função de questões de infraestrutura e de recursos humanos. O projeto *Refazenda*, incentivado pela necessidade de impulsionar a salvaguarda não somente deste patrimônio em si, mas também dos que dele reverbera, consolidando uma rede de referências culturais locais, tem como premissa, entre várias outras, compreender a apropriação e a utilização que deste bem é feita nas ações de Educação para o Patrimônio do município no qual se localiza, sendo estas duas os descritores nível 1 para esta seção.

A Fazenda tem sua construção datada das últimas décadas do século XVIII e princípio do século XIX, e pertenceu à família Monteiro de Barros, capitaneada pelo Barão de Paraopeba, um dos principais agentes históricos do desenvolvimento da região de Belo Vale. A Fazenda foi, em seus áureos tempos, importante entreposto de mercadorias, víveres e escravizados, e também hospedou personalidades que visitavam a região. Dona de um potencial agrícola alto, a Fazenda produziu, durante muitos anos, víveres que abasteceram parte da região de exploração aurífera em Ouro Preto, Itabirito, Congonhas, entre outras cidades.

Sua importância histórica também reside no fato de que, tendo abrigado mais de 800 escravizados, a Fazenda ainda guarda vestígios de uma página cruel da história de Minas Gerais, mas que não deve ser esquecida. A Fazenda foi, até sua decadência no final do século XIX, uma espécie de centro irradiador de desenvolvimento e prosperidade para a região de Belo Vale. Reconhecida como patrimônio histórico nacional em 1959 pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), a Fazenda possui elementos artísticos, objetos e registros que documentam a vida em Belo Vale e a riqueza cultural que marca a cidade desde seus primórdios. Em 1974, o tombamento em instância estadual pelo Iepha ratificou e ampliou os limites de sua área tombada, contemplando seus anexos e seu patrimônio natural e paisagístico ao conjunto natural da Fazenda (matas, córregos e cachoeiras).

O tombamento da Fazenda e o fato da mesma ser um bem público, no caso, de propriedade do Iepha, órgão responsável pela proteção dos bens culturais e pela difusão do conhecimento patrimonial no Estado, trazem a oportunidade da utilização dos espaços, registros e elementos do patrimônio para fins culturais e educativos. Nesse sentido, a mobilização do conceito de Educação para o Patrimônio Cultural, com vistas à promoção da riqueza humana, natural e cultural do município e à conservação do acervo disponível na cidade, é fundamental, e deve ser concebida como uma oportunidade de continuação da proteção patrimonial. Assim, dado este contexto, é importante verificar de que forma os públicos pesquisados percebem a Fazenda Boa Esperança em

sua importância histórica e em sua potencialidade como equipamento cultural na cidade.

Descritor Nível 1: Apropriação da importância histórica da Fazenda

De modo geral, sobre a apropriação da importância histórica deste bem, a percepção da Fazenda Boa Esperança como antigo centro de gravidade do desenvolvimento de Belo Vale ainda persiste entre os professores e agentes culturais entrevistados. Os professores, ao discorrerem sobre a importância histórica da Fazenda, utilizam palavras como “história”, “patrimônio”, “pessoas”, “passado”, “cultura”, “escravidão”, “resgatar”, entre outras, denotando com isso uma visão de que a Fazenda, por conter importantes informações sobre a memória do período escravocrata, ajuda a resgatar a memória das pessoas de Belo Vale, e a reforçar aspectos envolvendo a estima da comunidade local. Ainda, a noção de “patrimônio” indica que todo o conjunto erguido da Fazenda possui importância material e imaterial que deve ser preservada, na medida em que ajuda a contar a história de toda a região.

Os agentes culturais apresentam uma visão semelhante à dos professores, mas destacam a palavra “apresentações”, denotando com isso a oportunidade de a Fazenda Boa Esperança ser utilizada não apenas como museu e repositório de artefatos seculares, mas também como espaço de produção cultural, com apresentações, shows, espetáculos etc. É importante observar que a Fazenda também é amplamente citada pelas comunidades de Chacrinha dos Pretos e Boa Morte na confecção dos Mapas de Percepção: sendo assim, a Fazenda tem incontestável importância histórica e cultural para Belo Vale. Martins (2007) descreve com mais riqueza de detalhes os elementos paisagísticos, arquitetônicos, naturais e culturais dispostos na edificação da Fazenda Boa Esperança.

Figura 7: Importância histórica da Fazenda Boa Esperança – Professores

Figura 8: Importância histórica da Fazenda Boa Esperança – Agentes culturais

Descritor Nível 1: Utilização na Educação para o Patrimônio Cultural

Ainda que a importância histórica e cultural da Fazenda Boa Esperança para os professores e agentes culturais de Belo Vale seja incontestável, vale refletir junto a este público suas visões acerca dos usos potenciais dessa estrutura para a Educação para o Patrimônio Cultural, sendo este o segundo descritor nível 1 desta macrocategoria, dividido nos seguintes descritores nível 2: utilização atual e utilização potencial do sistema de categorias. Como vimos anteriormente, pode existir uma lacuna entre a constatação da importância da proteção à cultura e a Educação para o Patrimônio Cultural em si.

Quase 96% dos professores entrevistados já visitaram a Fazenda Boa Esperança, embora apenas 63,4% já tenham levado seus alunos ao local. Mais de 40% desses professores não quiseram ou não souberam relatar como foram estas experiências, ao passo que 36,6% dos entrevistados informaram, sem muitos detalhes, que seus alunos ficaram interessados no que viram. Aspectos como a precariedade da estrutura foram mencionados. Por outro lado, todos os agentes culturais já visitaram a Fazenda e metade deles já desenvolveu alguma ação de Educação para o Patrimônio Cultural no local, entre as quais se destacam pesquisas históricas e publicações de volumes (66,7%).

Gráfico 21: Experiências de uso da Fazenda Boa Esperança – Professores

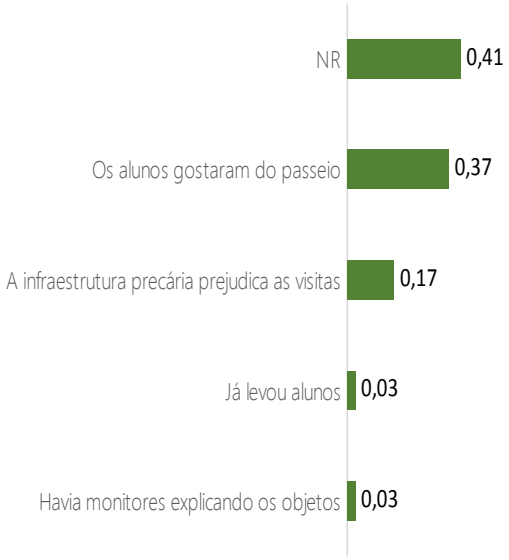
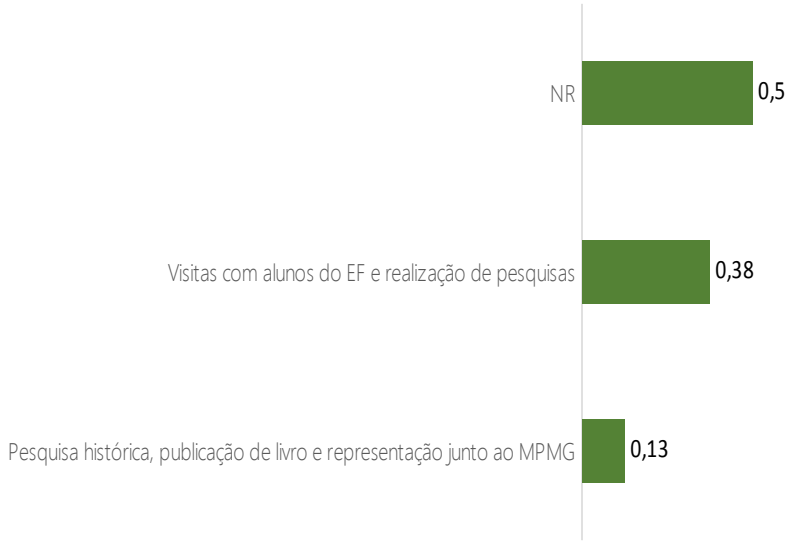
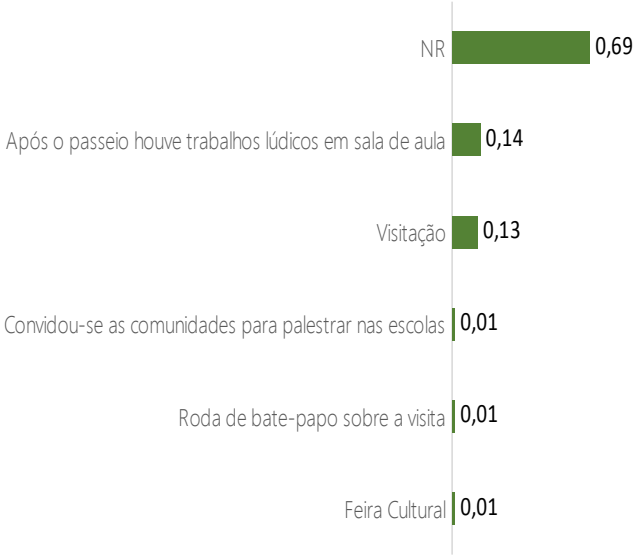


Gráfico 22: Experiências de uso da Fazenda Boa Esperança – Agentes culturais



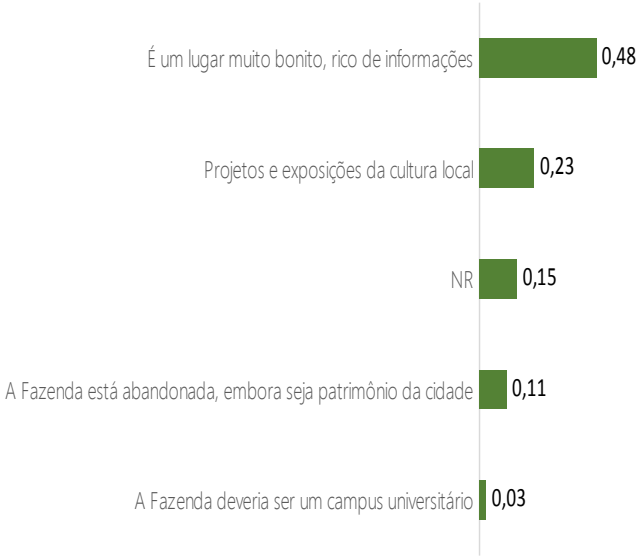
Especificamente em relação à Educação para o Patrimônio Cultural, 38% dos professores relataram já ter utilizado a Fazenda para este fim, por meio de trabalhos lúdicos em sala de aula (14,1%) e por meio da própria visitação (12,7%). O alto índice de professores que não souberam ou não quiseram detalhar suas experiências de Educação para o Patrimônio Cultural na Fazenda (69%) indica, a princípio, tanto algum despreparo em saber como utilizar a Fazenda para este fim, como sugere que as próprias limitações estruturais da do lugar impedem o desenvolvimento de atividades mais robustas e elaboradas por parte dos professores.

Gráfico 23: Experiências de uso da Fazenda Boa Esperança para a Educação para o Patrimônio – Professores



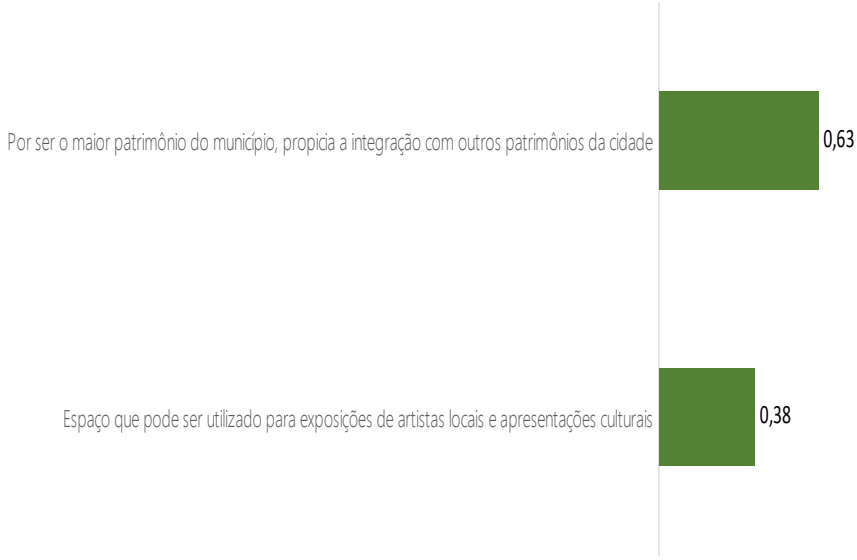
A despeito da pouca utilização da Fazenda para fins de Educação para o Patrimônio Cultural, quase 89% dos professores percebem a Fazenda como potencial referência e equipamento cultural na cidade, podendo ser aproveitada como ferramenta de Educação para o Patrimônio Cultural a partir de suas belezas naturais e históricas (47,9%), e com o desenvolvimento de projetos e exposições com a cultura local (22,5%), entre outras possibilidades. No entanto, 11,3% dos entrevistados destacam que a Fazenda está abandonada, o que a limita como equipamento cultural.

Gráfico 24: Potenciais de desenvolvimento da Fazenda Boa Esperança como equipamento de Educação para o Patrimônio – Professores



Esta percepção é secundada pelos agentes culturais, que concordam em sua totalidade com o potencial cultural e histórico da Fazenda Boa Esperança. Os agentes culturais, no entanto, oferecem justificativas mais genéricas para embasar suas opiniões sobre a Fazenda, alegando que é o maior patrimônio do município e propicia a integração com outros patrimônios (62,5%), bem como o espaço da Fazenda pode ser usado para apresentações e exposições artísticas (37,5%).

Gráfico 25: Potenciais de desenvolvimento da Fazenda Boa Esperança como equipamento de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais



Macrocategoria: Comunidades tradicionais em Belo Vale

A riqueza humana e cultural de Belo Vale não é esgotada na Fazenda Boa Esperança: a cidade abriga, ainda, comunidades tradicionais que preservam arranjos familiares e comunitários particulares, bem como expressam em sua cultura e religiosidade traços da própria "civilização mineira e brasileira". Esta é, por sua vez, a última macrocategoria de análise deste Diagnóstico.

São os casos de comunidades como Chacrinha dos Pretos, Boa Morte e Noiva do Cordeiro, sobre as quais o interesse acadêmico tem-se ampliado nas últimas décadas. Essas comunidades, à medida que conservam referências e narrativas que ajudam a contar a história e a memória de Belo Vale, são importantes guardiãs do tesouro humano e cultural da região. Verificar, portanto, de que forma os professores e agentes culturais pesquisados para a confecção deste Diagnóstico percebem a importância dessas comunidades é fundamental para refletir sobre as possibilidades da Educação para o Patrimônio Cultural no município.

Descritor Nível 1: Apropriação da importância histórica das comunidades tradicionais

Os descritores desta macrocategoria se dividem levando em consideração a apropriação e utilização para ações de Educação para o Patrimônio. Segundo 66,2% dos professores, as comunidades tradicionais se distinguem por preservarem suas tradições sociais e culturais, enquanto 21,1% denotam que tais comunidades perpassam sua cultura de geração em geração. As comunidades parecem ser definidas por estes atores em uma perspectiva relacional, à medida que o critério que as define é sua distinção em relação a outros arranjos sociais. No entanto, algumas percepções ainda são eivadas de preconceito, uma vez que 4,2% dos professores inferem que comunidades tradicionais não investem em novas tecnologias e 1,4% afirmam que essas comunidades estagnam o desenvolvimento humano de seus integrantes. Por outro lado, entre os agentes culturais, percebemos definições mais homogêneas de comunidades tradicionais: 50% afirmam que comunidades tradicionais são aquelas que preservam costumes, crenças e interesses culturais, enquanto a outra metade indica que comunidades tradicionais preservam suas raízes.

Gráfico 26: Definição de comunidades tradicionais – Professores

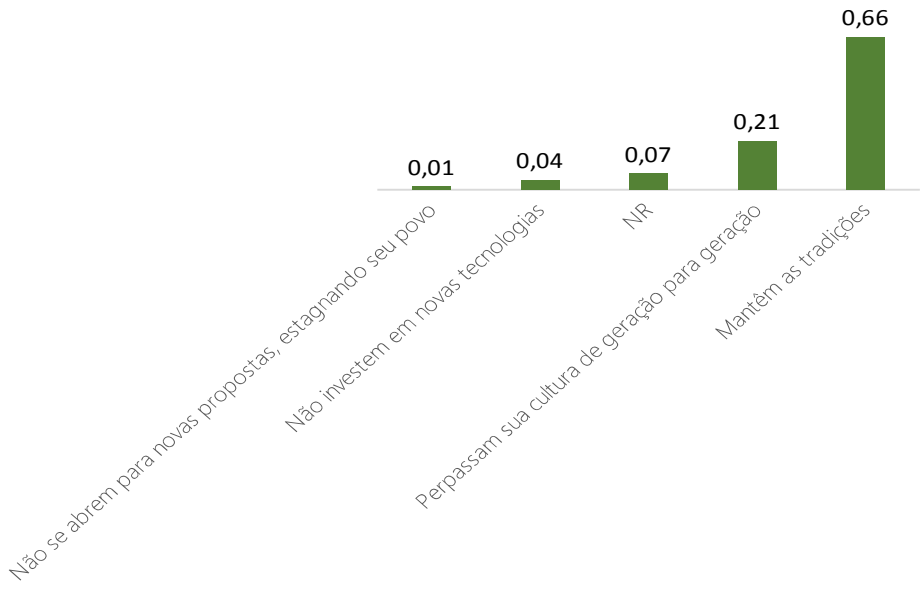
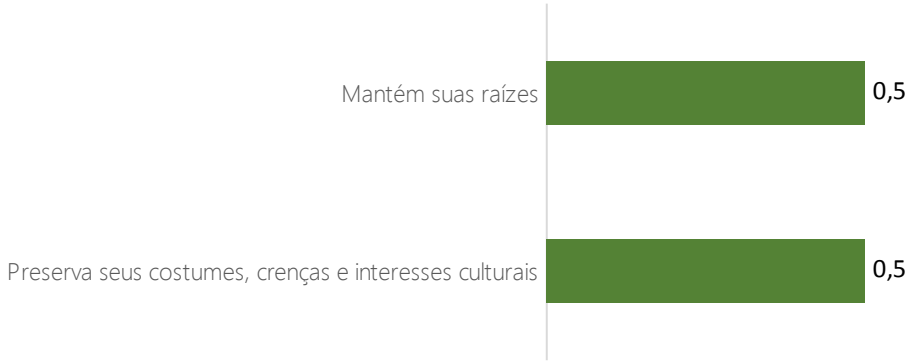


Gráfico 27: Definição de comunidades tradicionais – Agentes culturais



Mais de 91% dos professores reconhecem a existência de comunidades tradicionais em Belo Vale, entre as quais se destacam para este público a Chacrinha dos Pretos (67,6%), Boa Morte (56,3%), Vargem de Santana (28,2%) e Noiva do Cordeiro (21,1%). É importante pontuar que comunidades rurais, como Roças Novas de Cima, Pintos e Posse também foram citadas, embora não sejam, a rigor, comunidades tradicionais. Parece existir, portanto, alguma confusão conceitual entre comunidades rurais e comunidades tradicionais, ao menos por parte dos professores que responderam ao *survey*. Todos os agentes culturais reconheceram a existência de comunidades tradicionais em Belo Vale, e citaram em igual proporção as comunidades de Chacrinha dos Pretos, Boa Morte, Pintos e Vargem de Santana, incorrendo no mesmo equívoco conceitual que os professores.

Gráfico 28: Comunidades tradicionais existentes em Belo Vale – Professores[14]

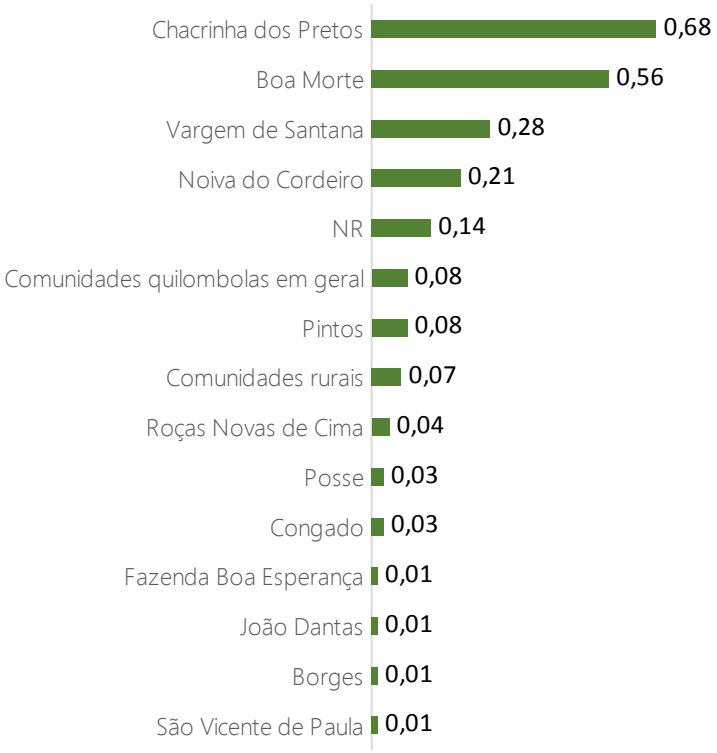
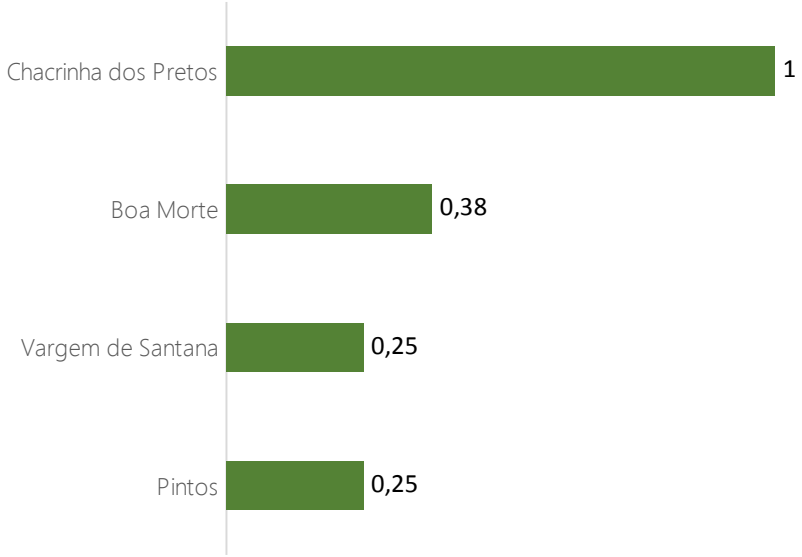


Gráfico 29: Comunidades tradicionais existentes em Belo Vale – Agentes culturais[15]



Quanto à sua importância histórica, professores e agentes culturais concordam na avaliação positiva que fazem da contribuição dessas comunidades. Porém, professores, por um lado, destacam a cultura, o conhecimento e a ancestralidade produzidos nessas comunidades, enquanto

14 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

15 Os percentuais ultrapassam 100%, porque a questão permitia respostas múltiplas, isto é, um mesmo entrevistado poderia indicar mais de uma resposta.

os agentes culturais são mais sucintos ao destacar as riquezas culturais e os diferenciais sociais produzidos. Visões mais profundas e mais informadas acerca das contribuições das comunidades tradicionais em termos de trabalho histórico, sociabilidade, religiosidade, arranjos de parentesco, cultivo de plantas, modos de fazer e saberes são necessários para que estes públicos, disseminadores de conhecimento, estejam mais inteirados das características dessas comunidades.

Figura 9: Importância histórica das comunidades tradicionais – Professores

Figura 10: Importância histórica das comunidades tradicionais – Agentes culturais

Descritor Nível 1: Utilização na Educação para o Patrimônio Cultural

Acerca do segundo descritor nível 2 no que tange às comunidades tradicionais, a pouca

profundidade do conhecimento dos professores e agentes culturais em relação a elas se reflete nas suas experiências de relacionamento com as comunidades, no âmbito da Educação para o Patrimônio Cultural. Menos de 60% dos professores e apenas metade dos agentes culturais de Belo Vale já souberam de ações de Educação para o Patrimônio envolvendo as comunidades tradicionais da cidade. Os professores destacam apresentações culturais (14,1%), festas (11,3%) e caminhadas ecológicas (8,5%), enquanto os agentes culturais destacam rodas de capoeira (25%), atividades no Museu do Escravo (18,8%), atividades na Chacrinha dos Pretos (18,8%), apresentação de cantos (18,8%) e teatro (18,8%).

Gráfico 30: Experiências de uso das comunidades tradicionais em ações educacionais para o patrimônio – Professores

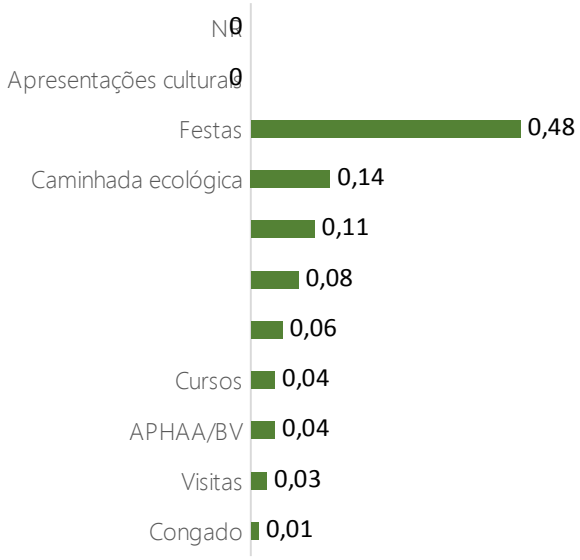
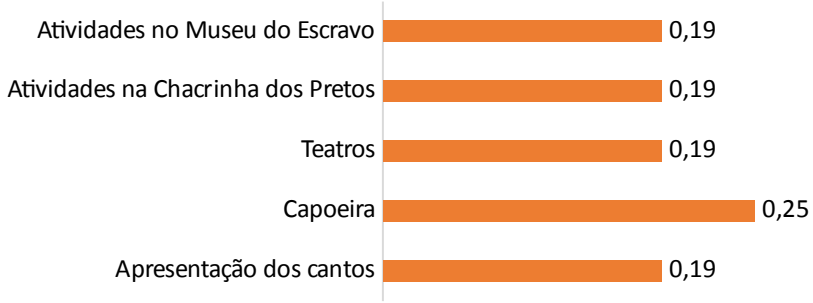


Gráfico 31: Experiências de uso das comunidades tradicionais em ações educacionais para o patrimônio – Agentes culturais



Apenas 60,6% dos professores informaram já ter utilizado as comunidades tradicionais e seu conhecimento para ações envolvendo a Educação para o Patrimônio Cultural, e mais de 71% desses professores não souberam ou não quiseram detalhar essas experiências. Este pode ser um fator indicativo de pouco preparo e capacitação dos professores no diálogo e aproveitamento das referências culturais mobilizadas por estas comunidades. Este pouco preparo redunda na tendência de interlocuções *ad hoc* com as comunidades, a partir de visitações nos patrimônios (7,0%), em projetos desenvolvidos na escola – sem detalhamento destes projetos (7,0%) e em narrativas históricas com os alunos (7,0%). Apenas 50% dos agentes culturais já envolveram as comunidades tradicionais de Belo Vale em alguma ação de Educação para o Patrimônio Cultural, tais atividades envolveram trabalhos com a Chacrinha dos Pretos (50%), sessões no Museu do Escravo (25%) e parcerias com a APHAA/BV (25%).

Gráfico 32: Experiências pessoais de uso das comunidades tradicionais em ações educacionais para o patrimônio – Professores

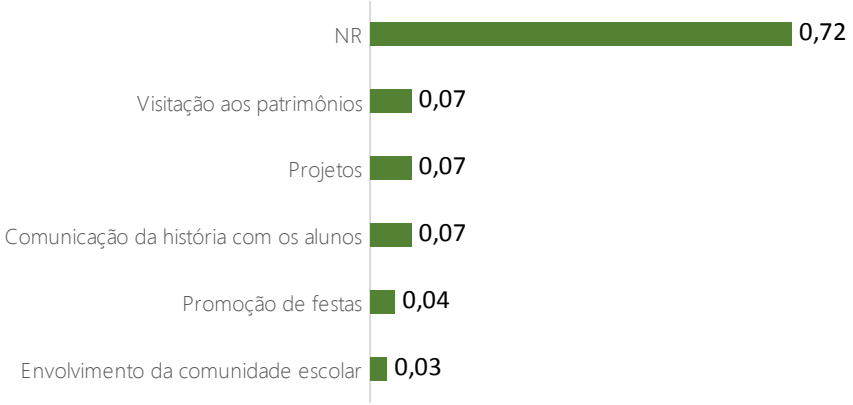
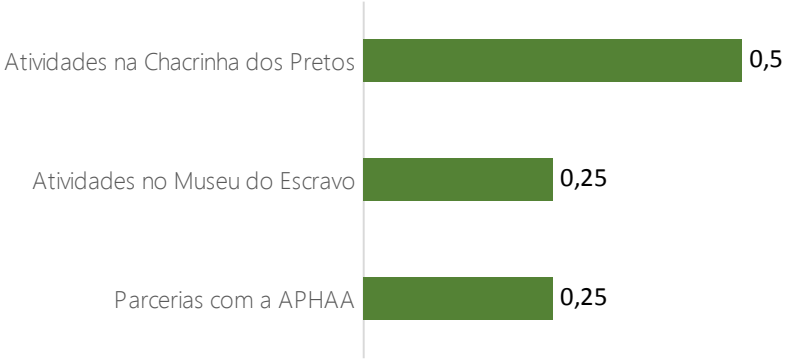


Gráfico 33: Experiências pessoais de uso das comunidades tradicionais em ações educacionais para o patrimônio – Agentes culturais



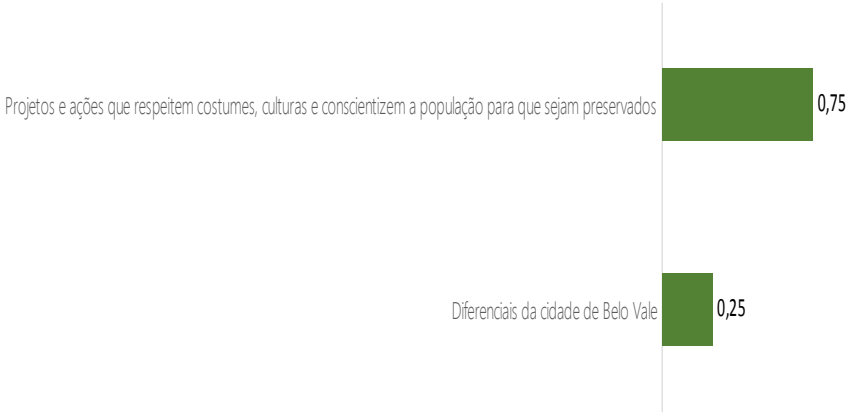
Como era de se esperar, tanto os professores quanto os agentes culturais denotam a potencialidade das comunidades tradicionais e quilombolas de Belo Vale na Educação para o Patrimônio Cultural, seja como referências culturais, como atores dinâmicos participantes das ações, ou como cedentes de espaços paisagísticos, ambientais e arquitetônicos para o desenvolvimento de atividades. Mais de 77% dos professores e 100% dos agentes concordam com essa visão. Contudo, as justificativas que perpassam a opinião de que as comunidades possuem potencial são, mais uma vez, genéricas, e não permitem compreender com o devido rigor suas reais percepções discursivas.

Os professores, por um lado, afirmam que as comunidades resgatam a história e a cultura do município (16,9%) e são o grande patrimônio cultural da cidade (14,1%), transmitindo conhecimentos (14,1%) e contribuindo para a valorização e preservação do patrimônio (11,3%). Contudo, merece atenção mais uma vez o alto percentual de não-respostas (29,6%), o que indica que muitos professores podem ter tido dificuldades em justificar as razões de sua visão positiva quanto às comunidades e sua contribuição cultural.

Os agentes culturais, por sua vez, destacam a oportunidade de se realizar projetos e ações de respeito à diversidade e aos costumes das comunidades (75%), mas também sem maior detalhamento desses aspectos. Outros 25% dos agentes culturais denotam que as comunidades tradicionais são um diferencial para a cidade de Belo Vale, mobilizando mais uma vez a definição relacional das comunidades, como distintivos.

Gráfico 34 : Potenciais de desenvolvimento das comunidades tradicionais como referenciais de Educação para o Patrimônio – Professores

Gráfico 35: Potenciais de desenvolvimento das comunidades tradicionais como referenciais de Educação para o Patrimônio – Agentes culturais



O diagnóstico: qual o retrato da Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale?

Os resultados apresentados na seção anterior procuram fornecer informações e *insights* para a reflexão em torno da oferta de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale, com base nos projetos que já têm sido implantados e nas percepções dos atores envolvidos. Nesse sentido, devemos retomar a pergunta central do Diagnóstico: o que tem sido realizado em termos de Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale?

A análise das informações disponíveis permite identificar alguns recursos que já têm sido implantados e que podem ser utilizados para a Educação para o Patrimônio Cultural na cidade. Em primeiro lugar, podemos citar as referências culturais e os equipamentos, reconhecidos pelos professores, agentes culturais e moradores das comunidades quilombolas, como tendo potencial de ampliação de utilização e funcionando como substrato cultural e repositório de tradições, narrativas, modos de vida e sociabilidades que devem ser alvo da proteção ao patrimônio e dos processos educativos com este fim.

Destacamos, então, referências como a própria Fazenda Boa Esperança, o casario histórico e arquitetônico do município, as comunidades tradicionais, os mestres e praticantes, as festas religiosas como a Festa de Santana, Festa da Nossa Senhora da Boa Morte e Festa da Nossa Senhora do Bom Parto, a Folia de Reis, o Congado, manifestações da Semana Santa, grupos teatrais, festa da mexerica etc.

Além das referências culturais em si, os projetos de Educação para o Patrimônio Cultural que têm sido implantados também merecem atenção. Esses projetos, executados majoritariamente em escolas, apresentam potencialidades e fragilidades:

Tabela 3: Potencialidades e fragilidades dos projetos de Educação para o Patrimônio de Belo Vale

Momentos culturais de Belo Vale

Potencialidades	***Fragilidades***
• Mobilização de autores que escrevem sobre o patrimônio. • Noção ampliada de patrimônio cultural. • Interlocução entre fontes orais e escritas. • Estímulo à produção artística pelos alunos • Alunos como disseminadores.	• Curto período de duração. • Pouca interlocução com outros componentes curriculares. • Pouco trabalho com a metodologia de projetos. • Pouca ou quase nenhuma capacitação dos professores.

Educar Belo Vale

Potencialidades	***Fragilidades***
• A escolha do objeto a ser trabalhado é realizada pelos alunos, de modo democrático, ainda que a partir de uma lista previamente elaborada. • O envolvimento da escola em par-	• Metodologia engessada, que não se adequada às demandas locais, acerca do conhecimento patrimonial. • Pouca ou quase nenhuma capacitação dos professores. • A lista de bens que podem ser tra-

cerias para desenvolver palestras interativas sobre o tema do patrimônio cultural.
- Envolvimento de alunos, familiares, professores e autoridades locais durante a Feira de Cultura.
- O convite de um membro da comunidade para compartilhar sua experiência sobre o local a ser visitado pelos alunos apresenta narrativas sobre o bem patrimonial.

balhados, previamente criada, é limitadora. Esse direcionamento ratifica a visão de que somente é legítimo se trabalhar os bens culturais oficiais, registrados e tombados.
- O modo de escolha do bem a ser trabalhado contribui para dissociar o bem cultural dos demais patrimônios existentes na cidade.
- Trata de maneira superficial a relação do tema do patrimônio com a criação artística.
- Pequena duração do projeto.
- A escolha do formato de Feira de Cultura se mostra superficial para exposição do que foi realizado ao longo de todo processo, não considerando as especificidades da turma em questão.
- No caso de Belo Vale, não houve na lista para a votação nenhum bem de natureza imaterial.

Museu vai à Escola

Potencialidades

- Construção ativa do sentido do manuseio dos artefatos.
- Interlocução ativa entre agentes culturais e escolas.
- Interlocução entre ciência e arte, cultura e educação.
- Alcance também para escolas rurais.

Fragilidades

- Falta de experiências práticas e sensoriais.
- Descontinuidade da oferta.
- Descontinuidade da cobertura para alunos mais velhos.

Incentivo ao uso de plantas medicinais em Belo Vale

Potencialidades

- Perspectiva transversal e multidisciplinar.
- Valorização de costumes e narrativas orais e populares.
- Busca ativa de informações e prati-

Fragilidades

- Pouca interlocução com os ambientes escolares.
- Pouco envolvimento da população infantil e jovem.
- Foco em comunidades rurais so-

cantes.
- Sensibilização prática.

mente.

Paisagens de onde vivo

Potencialidades

- Mobilização de referências locais.
- Construção ativa do sentido da paisagem local.
- Conexão com o conteúdo de Educação Ambiental.

Fragilidades

- Foco em escolas rurais.
- Baixa capacitação de docentes.

Exposição na Fazenda Boa Esperança do X Circuito Internacional de Arte Brasileira

Potencialidades

- Uso da Fazenda como equipamento cultural.
- Mobilização de outras linguagens artísticas.
- Interlocução com outros espaços de gestão pública e outros parceiros institucionais.

Fragilidades

- Baixo envolvimento com escolas.
- Projeto que não teve intenção de ser educativo.
- Projeto que visava o evento pontualmente e não ações continuadas ou que fomentassem o uso da Fazenda para outras atividades semelhantes.

Visitação à Fazenda Boa Esperança

Potencialidades

- Conhecimento, por parte dos alunos, da Fazenda Boa Esperança.
- Inserção deste bem como sítio de educação fora da escola.
- Promove o entendimento, por parte dos professores, de que a Fazenda necessita de uma melhor infraestrutura para receber os grupos de alunos.

Fragilidades

- Pontualidade das ações.
- Pouca reverberação das visitas no retorno para a sala de aula, demonstrando que é tratada somente como momento de diversão.
- Desvinculação aparente da visita com o que está sendo tratado na sala de aula.
- Pouco desenvolvimento do conhecimento que se tem acerca deste patrimônio local.

Além dos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural realizados em Belo Vale, percebe-se uma crescente produção cultural na cidade, animada tanto pelos saberes de figuras como Tarcísio Martins e lideranças jovens e oriundas de comunidades tradicionais e movimentos de valorização da cultura regional, como Grazielle Ribeiro, rainha de Congado e agente cultural de Belo Vale.

A produção cultural dialoga, ainda, com a crescente produção acadêmica sobre Belo Vale e suas comunidades tradicionais (nomeadamente, Chacrinha dos Pretos, Boa Morte e Noiva do Cordeiro). Certamente, esta produção pode ser utilizada tanto como fonte de pesquisa e material didático, quanto como fonte metodológica para as fases de observação e exposição dos projetos de

Educação Patrimonial Cultural. Esta produção dialoga, também, com a existência de estruturas e equipamentos culturais como o Museu do Escravo, a própria Fazenda Boa Esperança e as ruínas da Chacrinha dos Pretos, vistos como potenciais receptáculos de ações de Educação para o Patrimônio Cultural. Por fim, percebe-se a presença cada vez maior de instituições e entidades que podem possibilitar cenários mais propícios ao desenvolvimento da Educação para o Patrimônio Cultural na cidade, a exemplo da APHAA-BV (Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale), do Iepha (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e do próprio Instituto Inhotim.

A análise dos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural realizados em Belo Vale e das respostas fornecidas por professores e agentes culturais ao *survey* permitiu a identificação de algumas Boas Práticas em Educação para o Patrimônio Cultural que, ainda que aparentemente bastante sutis, devem ser potencializadas.

Entendemos aqui Boas Práticas como o conjunto de mecanismos, processos e ferramentas que têm aparecido nas implantações da Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale, e que devem ser replicadas e aprimoradas por outras iniciativas que tenham objetivos semelhantes. Não é nosso intuito, aqui, fornecer uma prescrição do desenho metodológico ideal dessas ações, mas sim destacar recomendações, que servem de base para a elaboração do Projeto de Educação para o Patrimônio a ser entregue. É a partir do reforço e da incorporação dessas práticas às ações e atividades do município que será possível um trabalho com a educação voltada para o patrimônio que não seja rudimentar e que consiga, de fato, se tornar um exercício de cidadania e de afirmação de identidades.

Figura 11: Boas Práticas em Educação para o Patrimônio verificadas em Belo Vale

Tendo como base o Diagnóstico em si e o conjunto de Boas Práticas identificadas na descrição dos projetos de Educação para o Patrimônio Cultural, é possível verificar que esse processo formativo em Belo Vale ainda carece de estruturação e de alinhamento com proposições teóricas, normativas e legais envolvendo a Educação para o Patrimônio Cultural.

O primeiro deles é, certamente, o cultivo de uma visão mais completa acerca da Educação para o Patrimônio Cultural no município, especialmente junto aos professores e agentes culturais, que devem ter à sua disposição expedientes de ação que os permitam planejar e implementar o conteúdo da Educação para o Patrimônio Cultural de forma satisfatória.

Foi percebido que grande parte dos professores ainda carece de informações mais concretas acerca de definições conceituais como comunidades tradicionais, patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial. Ao longo da análise, percebeu-se que o déficit conceitual, de certa maneira, é compensado na exemplificação. Os respondentes conseguem compreender, a partir do exercício de listagem, quais são os bens culturais e em quais categorias eles se encaixam melhor, todavia ainda não têm clareza a ponto de conceituar, problematizar e dialogar com o que é elaborado na academia, nas instituições e nos órgãos do patrimônio. Essa imprecisão avigora a necessidade de um trabalho que reforce para os professores a sua importância enquanto protagonistas de ações e ideias e contextualizem-nas à sua realidade.

De maneira geral, nota-se que as ações até então praticadas se engessam em eventos ou em atividades pontuais que, por isso, escapam do esforço de entender o patrimônio cultural como parte do cotidiano e da cultura dos cidadãos belo-valenses, e que determina as semelhanças e diferenças desse grupo. As ações analisadas, em grande parte, tratam o patrimônio como objeto de *mimesis* para apreensão do conhecimento. Ou seja, a metodologia para o trabalho com o patrimônio se baseia em processos de reprodução e não de ressignificação do mesmo e deve, a partir de uma guinada metodológica mais democrática e criativa, se transformar em um instrumental com expedientes de aprendizado cultural.

Foi difícil verificar processos contínuos e integradores que traduzem essa noção ao trabalho da educação, mas é possível enxergar brechas e caminhos presentes nos próprios projetos analisados que eximem princípios de boas práticas, como apresentado na figura acima. Pode-se considerar, a partir disso, uma propensão do município e de seus atores em expandir esse trabalho, desde que

existam diretrizes e orientações mais precisas e direcionadas ao público difusor, além de propostas metodológicas que deem suporte para um trabalho que se paute em novas possibilidades de abordagem. Deste modo, estimular-se-á a criatividade dos sujeitos, tornando-os inventivos e capazes de alcançar outras linguagens para se realizar atividades de educação e, até mesmo, novos agentes potenciais, promotores e difusores das ações para o patrimônio cultural.

O fato de ter o professor como protagonista não significa fazê-lo entender que é o único ator, mas sim o mediador entre os próprios alunos e guardiões de memória das comunidades. Os professores devem assumir para si a tarefa de salvaguardar e a de difundir essa responsabilidade, além de se reconhecerem enquanto referências nos processos de mobilização comunitária para tal fim.

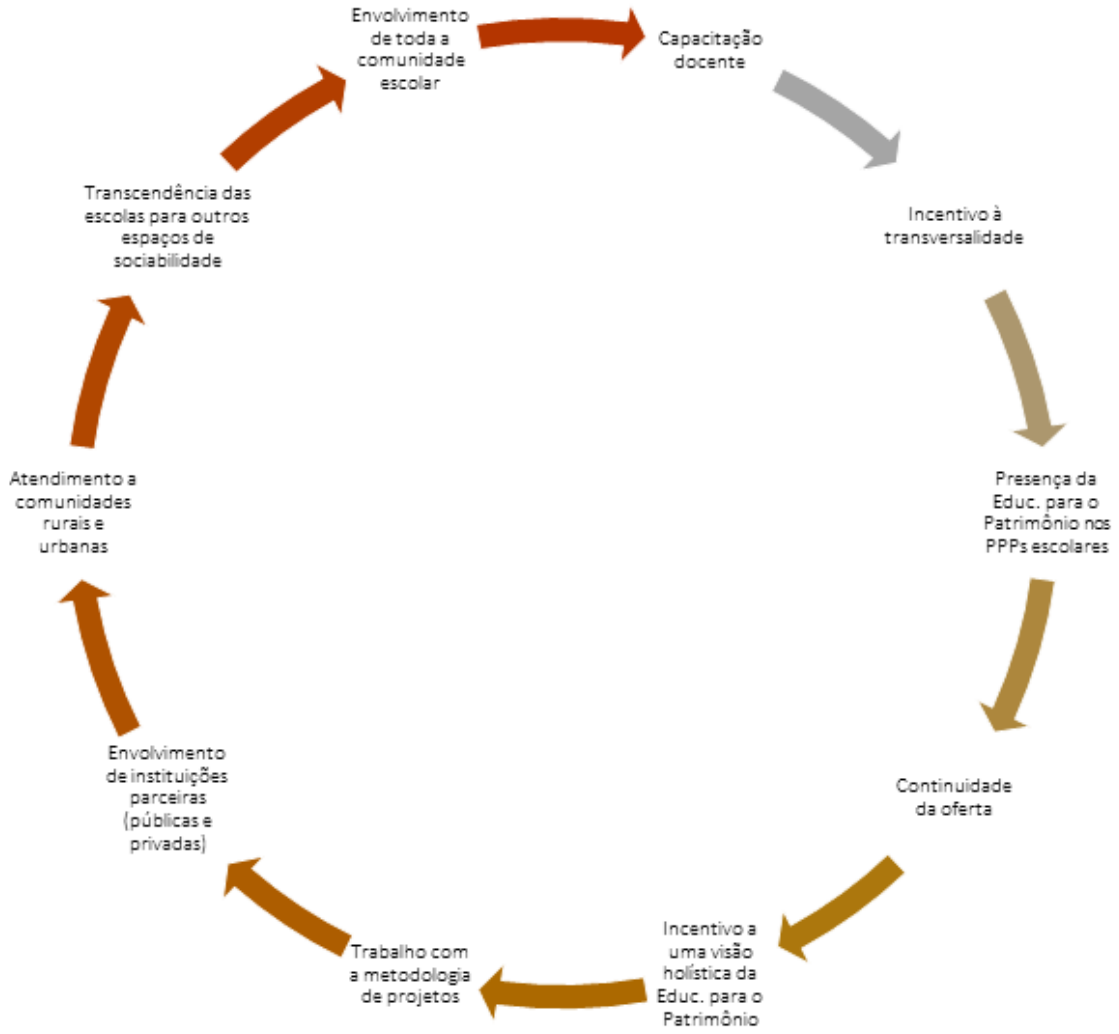
Este Diagnóstico conclui, assim, que a oferta de Educação para o Patrimônio na cidade ainda é residual e propõe, portanto, que a responsabilidade para com o patrimônio deve ser compartilhada, reafirmada por diretrizes pedagógicas municipais e, ainda, extrapolar os lugares e instituições que já são incumbidos desta tarefa. Este é um desafio que pode ser lançado para as referências e lideranças comunitárias, para os professores e agentes culturais, mas que também deve estar presente no projeto de educação para o patrimônio do *Refazenda*, para que este consista em táticas que consigam alicerçar possíveis aprimoramentos para os gargalos apresentados pelo Diagnóstico.

Além de tudo, este Diagnóstico se propôs a analisar os recorrentes usos da Fazenda Boa Esperança e quais potenciais este lugar pode evidenciar, isto é, quais as reais necessidades de adaptação não somente física, mas também de acolhimento e de busca de referências, que a Fazenda deve congregar em seu escopo e que alavanque os desejos dos grupos que enxergam esse espaço como um bojo para a realização de propostas e experimentações educativas.

A partir dos projetos analisados e das imersões em campo, foi possível visualizar a Fazenda Boa Esperança como um local ainda distante de muitos dos professores e agentes culturais do município. Apesar de a maioria reconhecer a importância histórica e monumentalidade do local, não foi possível identificar laços fortes deste patrimônio com o cotidiano do universo entrevistado. Pôde-se entender que a maioria das relações estabelecidas com a Fazenda é tratando-a como um patrimônio isolado que não engendra vínculos fortes com outros lugares e práticas do dia a dia deste público. Sendo assim, outro desafio que é lançado ao Projeto de Educação, é o de evidenciar a Fazenda como instrumento de articulação dos patrimônios para a comunidade belo-valense e promover o interesse do uso deste bem como parte da rede que compõe as formações identitárias deste grupo. A metodologia do Projeto deve ser, portanto, passível de ser aplicada na Fazenda ou em qualquer outro bem cultural. Tendo como um de seus objetivos estimular o estudo e o uso dos patrimônios municipais, entre eles a própria Fazenda, que já é bastante visitada pelas escolas, mas que carece de uma maior apropriação física e simbólica pela própria comunidade.

A fim de facilitar a visualização dos itens elencados nesta seção final, a figura abaixo apresenta questões que devem ser levadas em conta e melhor trabalhadas pelos sujeitos difusores desta educação.

Figura 12: Aspectos a serem aprimorados para a Educação para o Patrimônio Cultural em Belo Vale



Esperamos, com este Diagnóstico, ter auxiliado na compreensão da realidade educativa centrada no patrimônio cultural, no sentido de retratar a oferta de Educação para o Patrimônio Cultural no município de Belo Vale, bem como destacar aspectos relevantes para a concepção desse processo formativo na cidade. Como é possível observar, há caminhos longos a se percorrer, mas todos eles possuem possibilidades pungentes e interessantes de desenvolvimento, que, se levadas a cabo, podem produzir realidades-modelo de Educação para o Patrimônio Cultural em Minas Gerais e no Brasil.

Referências

BRASIL. *Educação Patrimonial*: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2014.

HORTA, M. L. *et al. Guia Básico da Educação Patrimonial.* Brasília: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2012.

MARTINS, Tarcísio. *Fazenda Boa Esperança*: Belo Vale. Belo Vale: Editora do Autor, 2007.

MORAES, R. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELO, R. (orgs). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo, 2010, p. 1-15.